



## **EDITAL DE LICITAÇÃO DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA**

### **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 11/2025** **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 142/2025**

Torna-se público que o **MUNICÍPIO DE ARAPOTI**, inscrito no CNPJ sob nº 75.658.377/0001-31, sediada à Rua Plácido Leite, nº 148, bairro Centro Cívico, no município de Arapoti, Estado do Paraná, realizará licitação, na modalidade **CONCORRÊNCIA**, na forma **ELETRÔNICA**, sob regime de **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, do tipo **MELHOR OFERTA**, modo de disputa **ABERTO**, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e do Decreto Municipal nº 7.213, de 17 de abril de 2024, assim como pelas disposições deste Edital e seus anexos.

O cadastramento do(s) documentos de habilitação e propostas, do julgamento da(s) proposta(s) e do início da disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no Portal da Bolsa de Licitações do Brasil – BLL - Sistema BLL COMPRAS, no endereço eletrônico <[www.bll.org.br](http://www.bll.org.br)>, conforme datas e horários definidos abaixo:

- **INSERÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DA(S) PROPOSTA(S):**

A partir das 08h00min do dia 06/11/2025 até às 08h00min do dia 28/11/2025.

**DATA DA SESSÃO ELETRÔNICA**

**Dia 28/11/2025 as 09:00 horas.**

- **LOCAL DA DISPUTA:**

Portal da Bolsa de Licitações do Brasil – BLL, Sistema - BLL COMPRAS, no endereço eletrônico: <https://bllcompras.com>.

### **1. DO OBJETO**

- 1.1. O objeto da presente licitação é a **Autorização de uso de espaço público para realização, organização e exploração do evento “Aniversário de 70 anos de Arapoti-PR, no período de 17 a 21 de dezembro de 2025, com permissão de direito de exploração, com o uso de bens públicos a ela afetos**, conforme especificações técnicas, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. A licitação será realizada em grupo único (lote único), formados por vários itens, conforme tabela constante no Projeto Básico/Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem o grupo/lote.
- 1.3. Os serviços deverão ser executados conforme as exigências contidas no termo de referência anexo a este edital;

### **2. DO VALOR MÍNIMO**

- 2.1.1. O valor mínimo admitido para o objeto é de **R\$88.000,00 (oitenta e oito mil reais)**. Não serão aceitas propostas com valor superior ao preço máximo admitido para a licitação;

### **3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

- 3.1. Poderão participar da presente licitação pessoas físicas, brasileiras ou estrangeiras, devidamente constituídas, que possuam formação pertinente e compatível ao licitado, e que atendam todas as exigências deste Edital e de seus anexos, e desde que devidamente credenciadas no sistema eletrônico da BLL Compras, no endereço eletrônico <https://bllcompras.com>.



**MUNICÍPIO DE ARAPOTI**  
**Secretaria Municipal da Fazenda**  
**Divisão de Licitação e Compras**

---

**3.2. CREDENCIAMENTO:**

**3.2.1.** O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no Sistema Eletrônico de Licitações da BLL Compras, no endereço eletrônico <https://bllcompras.com>, que permite a participação dos interessados na modalidade de licitação **CONCORRÊNCIA**, em sua forma **ELETRÔNICA COM INVERSÃO DE FASES**.

**3.2.1.1.** O cadastro dos interessados deverá ser feito no Sistema Eletrônico de Licitações da BLL Compras, no endereço eletrônico <https://bllcompras.com>.

**3.2.2.** O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a esta licitação;

**3.2.3.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros;

**3.2.4.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sistema Eletrônico de Licitações da BLL Compras, no endereço eletrônico <https://bllcompras.com>, e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**3.2.4.1.** A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**3.3. CONSÓRCIO:**

**3.3.1.** Não será permitida a participação de Consórcio, conforme justificativa técnica e econômica constante do procedimento licitatório.

**3.4. DAS VEDAÇÕES À PARTICIPAÇÃO:**

**3.4.1.** Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente, pessoas físicas ou jurídicas que:

**3.4.1.1.** Estejam sob processo de falência;

**3.4.1.2.** Será admitida participação de empresas em recuperação judicial, desde que apresentada certidão emitida pela instância judicial competente demonstrando estar a empresa apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório;

**3.4.1.3.** Tenham sido declaradas inidôneas para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos;

**3.4.1.4.** Estejam impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção;

**3.4.1.5.** Se enquadrem nas seguintes vedações de participação (art. 9º e 14 da Lei 14.133/2021):

**a)** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, estendendo-se a vedação ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que comprovado o ilícito ou utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**b)** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente



**MUNICÍPIO DE ARAPOTI**  
**Secretaria Municipal da Fazenda**  
**Divisão de Licitação e Compras**

---

em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

- c) Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
- d) Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

**3.4.1.5.1.** As vedações estendem-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

**3.4.2.** Não poderão participar da licitação OSCIP's atuando nessa condição;

**3.4.3.** Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

**3.4.4.** Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica;

**3.4.5.** Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado.

**3.5. MICROEMPRESA - ME e EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP:** As microempresas e empresas de pequeno porte, assim qualificadas nos termos da Lei Complementar nº 123/06, poderão participar desta licitação usufruindo dos benefícios estabelecidos nos artigos 42 a 49 daquela Lei Complementar, declarando no campo próprio do sistema sua condição.

**3.5.1.** Não serão aplicáveis tais benefícios em se tratando de contratação de obras e serviços de engenharia, cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

**3.5.1.1.** A obtenção dos benefícios fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

**3.5.1.2.** Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato.

**3.6.** Como requisito para a participação na CONCORRÊNCIA, a licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico ou mediante apresentação de declaração, que está ciente e concorda com as condições do edital e anexos, especialmente:

**3.6.1.** O pleno conhecimento e atendimento aos critérios legais e constitucionais e às exigências de habilitação e demais condições previstas no edital;

**3.6.2.** A sua condição de **microempresa, de empresa de pequeno porte ou de micro empreendedor individual** para usufruir dos benefícios da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

**3.6.2.1.** A comprovação da condição acima deverá ocorrer mediante apresentação de:

- a) Certidão Simplificada original da Junta Comercial da sede do licitante ou documento equivalente;
- b) Declaração escrita (ANEXO 05 deste edital), sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais de qualificação da condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou micro empreendedor individual, estando apto a usufruir dos



**MUNICÍPIO DE ARAPOTI**  
**Secretaria Municipal da Fazenda**  
**Divisão de Licitação e Compras**

benefícios previstos nos art. 42 a art. 49 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006;

- c) Demonstração do Resultado do Exercício – DRE, a que se refere a NBC TG 1002, de 2021, do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, ou outra norma que vier a substituir.

3.7. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

3.7.1. A falsidade de qualquer declaração prestada poderá caracterizar o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outros tipos penais e das sanções administrativas previstas na legislação pertinente, mediante o devido processo legal, e implicará, também, a inabilitação da licitante se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da licitação.

3.8. A participação nesta CONCORRÊNCIA implica o reconhecimento pela Licitante de que conhece, atende e se submete a todas as cláusulas e condições do presente edital.

#### 4. DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DA PROPOSTA

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação **ANTECEDERÁ** a fase de apresentação de proposta e lances.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, os documentos de habilitação e a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Empresa que faz parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro pode apresentar somente uma única proposta, sob pena de rejeição de todas.

4.4. O fornecedor enquadrado como **microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa** deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “**não**” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.4.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “**não**” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema eletrônico.

4.6. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.7. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.8. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da CONCORRÊNCIA ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.8.1. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### 5. DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO



**MUNICÍPIO DE ARAPOTI**  
**Secretaria Municipal da Fazenda**  
**Divisão de Licitação e Compras**

5.1. A partir do horário previsto no Edital e no sistema, terá início a sessão pública de **CONCORRÊNCIA**, na forma eletrônica, com a análise dos documentos de habilitação, ocasião em que o Agente de Contratação verificará as documentações apresentadas, inabilitando a(s) licitantes que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas nos elementos técnicos instrutores. Poderão participar:

5.1.1. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

5.1.2. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

5.1.2.1 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

5.1.2.2 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

5.1.3. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

5.1.4. Certidões de regularidade perante a Fazenda **federal, estadual e municipal** do domicílio ou sede do licitante: Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Certidão relativa a Contribuições Previdenciárias); Fazenda Estadual; e Fazenda Municipal;

5.1.5. Certificado de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

5.1.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

5.1.7. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, conforme art. 69, caput, inciso II da Lei nº 14.133, de 2021. (Caso não conste na Certidão o prazo de validade da mesma, será considerado o prazo de 60 (sessenta) dias contados da data da sua emissão).

5.1.8. Balanço patrimonial e demonstração contábil do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da lei, que comprove a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

5.1.9. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

5.1.10. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas: (i) Liquidez Geral = Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo / Passivo Circulante + Passivo Não Circulante; (ii) Solvência Geral = Ativo total / Passivo Circulante + Passivo Não Circulante; (iii) Liquidez Corrente = ativo circulante / passivo circulante.

(ILG) (valor maior que)	(ILC) (valor maior que)	(ISG) (valor maior que)
1	1	1

9.1.1.1.1. Os índices acima determinados são resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

**Índice de Liquidez Corrente (ILC):**

$$ILC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$



**Índice de Liquidez Geral (ILG):**

$$\text{ILG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível à Longo Prazo}}$$

**Solvência Geral (ISG):**

$$\text{ISG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo Permanente} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a longo prazo}}$$

Sendo:

AC - Ativo circulante

PC - Passivo circulante

AP - Ativo permanente

RLP - Realizável a longo prazo

ELP - Exigível a longo prazo

**5.2. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

5.2.1. A empresa deverá apresentar comprovação dos seguintes requisitos:

5.2.2. Comprovante de inscrição da empresa no Conselho Regional de Engenharia – CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU.

5.2.3. Certidões de Acervo Operacional – CAO, emitidas pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA ou ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, em nome da participante, demonstrando aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto licitado, sendo o item de maior relevância: montagem de 60 (sessenta) camarotes – 50% da quantidade prevista no item 1.2.2.1., conforme previsto no art. 67, §2º da Lei de Licitações.

5.2.3.1. Será admitida, em todo o caso, a somatória de Certidões de Acervo Operacional – CAO para atingir a quantidade prevista no item anterior.

5.2.4. Indicação de engenheiro civil e engenheiro elétrico devidamente registrados nos órgãos competentes e detentores de Certidão de Acervo Técnico – CAT, que se responsabilizarão pela execução dos serviços durante todo o evento, junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA ou ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, devendo anuir expressamente em participar do evento como responsáveis pela estrutura, iluminação e sonorização.

5.2.5. Atestado de capacidade técnico emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado em nome da empresa comprovando que realizou pelo menos um evento anterior com exploração de: camarote, patrocínio, praça de alimentação e parque de diversões.

5.2.6. Comprovante de inscrição da empresa no Conselho Regional de Medicina Veterinária, constando o nome do responsável técnico da Empresa, em plena validade.

5.2.7. Indicação de profissional veterinário com atribuição de Responsabilidade Técnica pelo evento de concentração animal, ou equivalente, responsável pelas condições sanitárias do evento, devendo anuir expressamente em participar do evento como responsável pelo bem-estar animal.

5.2.8. Indicação de técnico de segurança do trabalho, o qual ficará responsável por acompanhar a montagem e desmontagem do evento.

5.2.9. Indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.

5.2.10. Comprovação do vínculo profissional far-se-á através da apresentação do contrato social quando sócios, registro na carteira profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho, sendo possível a contratação de profissional autônomo que preencha os requisitos e se responsabilize



**MUNICÍPIO DE ARAPOTI**  
**Secretaria Municipal da Fazenda**  
**Divisão de Licitação e Compras**

tecnicamente pela execução dos serviços, nos termos da legislação, desde que vinculado o profissional acima indicado com a empresa licitante na data prevista para entrega da proposta.

5.2.11. Carta com reserva de datas de 02 (dois) shows musicais indicados neste Termo de Referência, sendo um para quinta-feira (dia 18/12/2025) e outro para o sábado (dia 20/12/2025).

### **5.3. DEMAIS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

5.3.1. Declaração de que a empresa cumpre os requisitos de habilitação, incluindo a inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação.

5.3.2. Declaração de que a empresa atende aos requisitos de qualificação econômico-financeira.

5.3.3. Declaração de inexistência de menores no trabalho e empregos da licitante, em atendimento ao art. 7º, inc. XXXIII, da Constituição da República e Lei n. 9.854/99.

5.3.4. Declaração de enquadramento de empresa ME ou EPP (Obrigatória para Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte).

5.3.5. Declaração de não parentesco.

5.3.6. Os documentos exigidos para habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, publicação em órgão da imprensa oficial, assinados por certificado digital, ou ainda em cópia simples, observando que:

- a) serão aceitas apenas cópias legíveis;
- b) não serão aceitos documentos cujas datas estejam esmaecidas, ilegíveis ou rasuradas;
- c) não serão aceitos documentos sob condições;
- d) Não serão aceitos documentos, declarações e proposta emitidas após data do certame.
- e) Cédula de Identidade, no caso de pessoa física;

5.3.7. As certidões e/ou certificados obtidos via Internet poderão ser apresentados em originais ou fotocópias simples sujeitas à verificação da autenticidade no site correspondente.

5.3.8. Para certidões emitidas que não especifiquem seu prazo de validade, será considerado o prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir de suas respectivas emissões, devendo estar válidas na data de abertura do certame, que contém a proposta de preço, à exceção de disposição em contrário estabelecida no edital / termo de referência.

5.3.9. Se a licitante for à matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for à filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

5.3.10. O agente de contratação poderá desclassificar a proposta ou inabilita a licitante, a qualquer tempo, no caso de conhecimento de fato superveniente ou só conhecido após o julgamento.

## **6. CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS**

- 6.1. Após a análise documental terá início a fase de análise das propostas dos licitantes habilitados com ocasião em que o Agente de Contratação verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas nos elementos técnicos instrutores.
- 6.2. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 6.3. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema eletrônico, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 6.4. A não desclassificação da proposta neste momento, pelo Agente de Contratação, não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de julgamento.
- 6.5. O Agente de Contratação verificará, também, eventual descumprimento das vedações de participação na licitação, mediante consulta aos cadastros em nome da empresa licitante e, também, de eventual matriz ou filial e de seus sócios majoritários, de forma a verificar a existência de sanção que impeça a



**MUNICÍPIO DE ARAPOTI**  
**Secretaria Municipal da Fazenda**  
**Divisão de Licitação e Compras**

participação no certame e futura contratação, garantida a manifestação do licitante previamente a eventual desclassificação, conforme previsto no artigo 14 da Lei nº 14.133, de 2021, especialmente:

- 6.5.1. SICAF;
  - 6.5.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sanções/ceis>);
  - 6.5.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sanções/cnep>); e
  - 6.5.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico [www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
- 6.6. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
  - 6.7. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação e os licitantes.

## 7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS ANEXOS

- 7.1. O licitante enviará sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, do valor global, em moeda corrente nacional.
- 7.2. A Proposta de Preços, anexada com os demais documentos exigidos no Edital, deverá conter:
  - 7.2.1. Proposta endereçada ao Município, em papel timbrado da empresa, conforme modelo do ANEXO 05 deste Edital, relacionando ainda os seguintes itens:
    - a) Preço global em valor numérico e por extenso, cotado em reais;
    - b) Prazo de validade da Proposta de **60 dias (sessenta) dias**, contados a partir da data de abertura da licitação;
    - c) Assinatura do representante legal, identificando-o com o nome e o CPF.
  - 7.2.2. Cronograma físico-financeiro.
- 7.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Licitante.
- 7.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, de depreciações, de mão de obra, encargos previdenciários, sociais, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução da obra.
- 7.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 7.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.
- 7.7. O licitante deverá entregar o Cronograma Físico-Financeiro, observado o valor proposto, contemplando o prazo de execução previsto no Edital e deverá considerar o preço global da proposta, com etapas definindo o avanço físico mensal e correspondente valor financeiro.
  - 7.7.1. O Cronograma Físico-Financeiro deverá prever parcelas a cada 30 (trinta) dias.
  - 7.7.2. O Cronograma Físico-Financeiro deverá apresentar na última parcela valor não inferior a 10% (dez por cento) do valor global proposto;
  - 7.7.3. O Cronograma Físico-Financeiro apresentado pela empresa vencedora do certame deverá ser aprovado pelo Órgão Licitante antes da assinatura do contrato;
  - 7.7.4. O Cronograma Físico-Financeiro deverá ser assinado pelo Responsável Técnico do licitante, com menção do seu título profissional e número da Carteira Profissional;



**MUNICÍPIO DE ARAPOTI**  
**Secretaria Municipal da Fazenda**  
**Divisão de Licitação e Compras**

- 7.7.5. A não apresentação de Cronograma Físico-Financeiro ou com prazo diverso ao exigido no Edital são motivos de desclassificação da proposta do licitante, porém, inconformidades meramente formais do cronograma deverão ser saneadas no momento da assinatura do contrato.

## 8. DA FASE DE LANCES E MODO DE DISPUTA

- 8.1. Iniciada a etapa competitiva, as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento, registro e valor.
- 8.2. Os licitantes poderão oferecer lances públicos e sucessivos, com prorrogações, observados o horário fixado e as regras para sua aceitação, conforme **MODO DE DISPUTA ABERTO**.
- 7.5.1. A Licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema, observado o intervalo mínimo de **R\$ 1,00 (um real)** em relação aos lances intermediários e em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;
- 7.5.2. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema;
- 7.5.3. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;
- 7.5.4. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante;
- 7.5.5. A etapa de envio de lances terá duração de **10 (dez) minutos**, e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública;
- 7.5.6. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de **02 (dois) minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação;
- 7.5.7. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente;
- 7.5.8. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Agente de Contratação, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço;
- 7.5.9. Na hipótese de o sistema eletrônico se desconectar no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 7.6. Caso a desconexão do sistema eletrônico persistir por tempo superior a dez minutos para o órgão ou a entidade promotora da licitação, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.7. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.8. No caso de haver a participação de **microempresas e empresas de pequeno porte** no certame licitatório, os procedimentos obedecerão aos subitens a seguir:
- 7.8.1. Antes da classificação definitiva de preços, caso a melhor oferta não tenha sido apresentada por **microempresa ou empresa de pequeno porte**, o sistema utilizado verificará se ocorreu empate ficto previsto no § 1º, do artigo 44, da Lei Complementar nº 123, de 2006, ou seja, as propostas apresentadas por **microempresas ou empresas de pequeno porte**, com valores **até 10% (dez por cento)** acima do melhor preço ofertado.
- 7.8.2. Em caso positivo, a **microempresa ou empresa de pequeno porte** convocada poderá apresentar proposta de preço inferior à primeira classificada no **prazo de 5 (cinco) minutos**, sob pena de preclusão.



**MUNICÍPIO DE ARAPOTI**  
**Secretaria Municipal da Fazenda**  
**Divisão de Licitação e Compras**

- 7.8.3.** Caso a **microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP)** convocada não exerça o benefício de ofertar preço inferior à primeira classificada ou não o faça no tempo aprazado, o sistema automaticamente convocará as **ME/EPP** remanescentes que, porventura, se enquadrem na hipótese do empate ficto, na ordem classificatória, para exercício do mesmo direito, sucessivamente, se for o caso.
- 7.8.4.** Se houver equivalência entre os valores apresentados pelas microempresas e **empresas de pequeno porte** que se encontrem nos intervalos apontados nos itens anteriores, será realizado sorteio para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 7.9.** Em caso de eventual empate entre propostas ou lances, serão adotados os critérios previstos no art. 60, da Lei nº 14.133, de 2021, de acordo com a ordem legalmente estabelecida.
- 7.10.** Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.
- 7.11. Encerrada a etapa de lances, o Agente de Contratação poderá negociar melhores condições, encaminhando, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado a melhor oferta, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.**
- 7.11.1.** A negociação será realizada por meio do sistema, com acompanhamento dos demais licitantes e divulgação do resultado, bem como anexação aos autos do processo.
- 7.12.** Encerrada a negociação, o Agente de Contratação iniciará a fase de julgamento da proposta.

## **8. DA FASE DE JULGAMENTO**

- 8.5.** Dado início à fase de julgamento, o Agente de Contratação realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e à compatibilidade do preço final em relação ao máximo estimado para a contratação, nos termos do Edital.
- 8.6.** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum benefício direcionado às ME/EPP, o Agente de Contratação diligenciará para verificar o enquadramento.
- 8.7.** O licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar a planilha dos quantitativos e custos por ele elaborados, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.7.1.** O licitante deverá apresentar as planilhas com indicação dos serviços, quantitativos e custos, bem como o detalhamento de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora.
- 8.8.** O Agente de Contratação fará a conferência da proposta de preços, planilhas, cronograma físico-financeiro e demais documentos que se fizerem necessários para aceitação da proposta.
- 8.8.1.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
- 8.8.2.** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.
- 8.9.** Será desclassificada a proposta vencedora que não atender aos requisitos de apresentação da proposta, especialmente:
- 8.9.1.** Contiverem vícios insanáveis ou ilegalidade;
- 8.9.2.** Não obedecerem às especificações técnicas exigidas nos elementos técnicos instrutores deste edital;
- 8.9.3.** Apresentarem preços inexequíveis ou acima do orçamento estimado para a contratação;
- 8.9.4.** Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;



**MUNICÍPIO DE ARAPOTI**  
**Secretaria Municipal da Fazenda**  
**Divisão de Licitação e Compras**

- 8.9.5. Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.
- 8.9.6. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do previsto no art. 59, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta;
- 8.9.7. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;
- 8.9.8. É facultado ao Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no CHAT pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 8.10. A proponente deverá estar apta, quando solicitada pelo Agente de Contratação, a apresentar uma detalhada composição de preços unitários que demonstrem a viabilidade técnica e econômica do preço global proposto para o objeto.
- 8.10.1. A composição de preço deverá ser entregue via campo próprio do sistema ao Agente de Contratação, no prazo a ser fixado no sistema, após o recebimento da solicitação. A não apresentação da composição detalhada dos preços será considerada como prova da inexecuibilidade da proposta de preço.
- 8.11. Os resultados serão divulgados por meio de mensagem no sistema e, caso a proposta seja recusada, seguirá a análise do segundo classificado em relação à aceitabilidade de sua proposta e assim sucessivamente.

## 10. DOS ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

- 10.1. Até **03 (três) dias úteis**, antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer interessado poderá impugnar ou solicitar esclarecimentos em relação a este ato convocatório.
- 10.2. Caberá ao(a) pregoeiro(a) encaminhar a petição sobre esclarecimentos e impugnações, apoiado pelo Setor Técnico Responsável ou pela Procuradoria Municipal, conforme o caso.
- 10.3. **PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS:**
- 10.3.1. Os pedidos de esclarecimentos, referentes ao processo licitatório, poderão ser realizados por qualquer pessoa, e deverão ser anexados no **Sistema da BLL Compras**;
- 10.3.2. Nos pedidos de esclarecimentos encaminhados, os interessados deverão se identificar (Razão Social e nome do representante que pediu esclarecimentos) e disponibilizar as informações para contato (endereço completo, telefone e/ou e-mail);
- 10.3.3. Os esclarecimentos serão prestados pelo(a) pregoeiro(a), através do **Sistema da BLL Compras**, e divulgados em sítio eletrônico oficial do município (Portal da Transparência) no prazo de até **3 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, conforme art. 164, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 10.3.4. Os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 10.4. **IMPUGNAÇÕES AO EDITAL:**
- 10.4.1. Quaisquer pessoas, inclusive os interessados em participar da licitação, poderão impugnar os termos do presente Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021 em até **03 (três) dias úteis**, antes da realização do certame, devendo se manifestar no **Sistema da BLL Compras**, cabendo ao(a) pregoeiro(a) encaminhar o pedido aos responsáveis para análise e decisão sobre a impugnação.
- 10.4.2. A resposta à impugnação poderá ser divulgada no sítio eletrônico oficial do município (Portal da Transparência), no portal da BLL e/ou no Portal Nacional de Contratações Públicas no prazo de até **3 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 10.4.3. As impugnações não suspendem os prazos previstos no certame.



**MUNICÍPIO DE ARAPOTI**  
**Secretaria Municipal da Fazenda**  
**Divisão de Licitação e Compras**

- 10.4.4.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo(a) pregoeiro(a), nos autos do processo de licitação.
- 10.4.5.** A petição pleiteando a impugnação deverá ser direcionada ao(a) pregoeiro(a), e deverá conter a qualificação do impugnante, a matéria impugnada, os fundamentos da impugnação e o pedido.
- 10.4.6.** A petição apresentada fora do prazo, e/ou sem um dos requisitos acima especificados, não será conhecida.
- 10.4.7.** Acolhida à petição contra o ato convocatório serão designadas nova data para a realização do certame.
- 10.5.** O pedido de esclarecimento e a impugnação poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: (Sistema da BLL Compras) Sistema Eletrônico da BLL Compras da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL, disponível no endereço eletrônico: <https://bllcompras.com/Home/Login>.

## **11. DA FASE RECURSAL**

- 11.1.** Tendo em vista a inversão de fases, os licitantes poderão apresentar recursos após a fase de habilitação e após a fase de julgamento das propostas.
- 11.2.** Após a declaração de habilitação e inabilitação, O Agente de Contratação informará via chat que está aberto o prazo para intenção de recurso quanto a decisão.
- 11.3.** Decorrido o prazo de **15 (quinze) minutos**, será aberto campo de anexo para a inclusão das razões no prazo de **03 (três) dias úteis** e após esse prazo, será aberto campo de anexo para inclusão das contrarrazões no mesmo prazo, dos recursos contra habilitação/inabilitação que tenham sido aceitos pelo juízo de admissibilidade.
- 11.4.** As decisões dos recursos da fase de habilitação serão divulgadas no Diário Oficial do Município, que disporá a data da sessão de continuidade do certame com o julgamento das propostas.
- 11.5.** Após a declaração de vencedor, ou seja, após a etapa de lances e julgamento da proposta vencedora, será concedido o prazo de **15 minutos**, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, em campo próprio do sistema, de forma motivada, isto é, indicando contra quais decisões pretende recorrer e por quais motivos.
- 11.6.** Havendo quem se manifeste em qualquer das fases recursais, o sistema irá acolher de forma automática.
- 11.7.** Uma vez manifestado o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 03 (três) dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 03 (três) dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.8.** Decorrido o prazo de razões e contrarrazões, será publicada a decisão no Diário Oficial do Município. Na decisão poderá ser informada a data de sessão de continuidade.
- 11.9.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.10.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico **bllcompras.com**
- 11.11.** A sessão pública poderá ser reaberta: Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
- 11.12.** Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar a Ata de Registro de Preços e/ou contrato e/ou não retirar o instrumento equivalente e/ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da Lei Complementar nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.



**MUNICÍPIO DE ARAPOTI**  
**Secretaria Municipal da Fazenda**  
**Divisão de Licitação e Compras**

- 11.13. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.
- 11.14. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”) ou e-mail, acordo com a fase do procedimento licitatório.

#### **11. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

- 11.15. A convocação para reabertura da sessão pública será feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos na plataforma blcompras ou da proposta/documentação de habilitação apresentada nos autos pela licitante, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

### **12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

- 12.1. Encerrada a licitação e julgados eventuais recursos, os autos serão encaminhados ao Chefe do Poder Executivo municipal, que poderá:
- 12.1.1. Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades que forem sanáveis;
  - 12.1.2. Anular o procedimento, no todo ou em parte, por vício insanável;
  - 12.1.3. Revogar o procedimento por motivo de conveniência e oportunidade; ou
  - 12.1.4. Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

### **13. DA ASSINATURA DO TERMO DE CONTRATO**

- 13.1. A execução da obra dar-se-á mediante Termo de Contrato, a ser firmado entre o licitador e a proponente vencedora da licitação, após análise desta licitação pela procuradoria municipal.
- 13.2. Homologado o certame, o licitante vencedor será convocado para assinar o Termo de Contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo **05 (cinco) dias**, contados a partir da data de sua convocação.
- 13.2.1. O prazo de convocação poderá ser **prorrogado 01 (uma) vez**, por igual período, mediante solicitação da parte a ser CONTRATADA, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração Pública Municipal.
- 13.3. No ato da assinatura, a CONTRATADA fica obrigada a apresentar:
- 13.3.1. Comprovação das condições de habilitação do Edital, as quais deverão ser mantidas durante a vigência do contrato;
  - 13.3.2. A certidão de registro com visto do CREA-PR e/ou CAU-PR, de acordo com o regulamento do respectivo conselho de classe, da Lei Federal nº 5.194, de 1966, da Lei Federal nº 12.378, de 2010.
- 13.4. É facultado à Administração Municipal, quando o convocado não assinar o termo de contrato, ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo e condições estabelecidos:
- 13.4.1. Revogar a licitação, sem prejuízo da aplicação das penalidades no edital, na Lei nº14.133, de 2021 e no Decreto Municipal nº 7.212, de 17 de abril de 2023; ou
  - 13.4.2. Convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do Termo de Contrato nas condições ofertadas pelo licitante vencedor.
    - 13.4.2.1. Na hipótese de nenhum licitante aceitar a contratação, nos termos do subitem 13.4.2, a Administração municipal, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
      - a) Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do valor do adjudicatário;
      - b) Adjudicar e celebrar a ata de registro de preços nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem de classificação, quando frustrada a negociação.



**MUNICÍPIO DE ARAPOTI**  
**Secretaria Municipal da Fazenda**  
**Divisão de Licitação e Compras**

**13.4.2.2.** A recusa dos licitantes remanescentes em celebrar o Termo de Contrato pelo preço e condições do primeiro colocado, não acarretará aplicação de penalidade.

**13.5.** O Termo de Contrato poderá ser assinado por meio de assinatura digital e encaminhar via e-mail (licitacao@arapoti.pr.gov.br) a Divisão de Licitação e Compras.

**13.6.** Caso a Autoridade Competente na data da assinatura do Termo de Contrato poderá solicitar a realização de reunião de partida, na qual deverão estar presentes representantes da CONTRATANTE e CONTRATADA, dentre eles, necessariamente, o fiscal e responsável pelo objeto CONTRATADO.

**13.6.1.** Nessa oportunidade deverão ser tratadas as especificidades do objeto contratado, esclarecendo suas características gerais, implantação, cronograma físico-financeiro, ocasião em que proceder-se-á à abertura do “Diário de Obra” e aprovar-se-á o cronograma físico de execução. Ademais, ressaltar-se-ão as normas relativas às medições, condições de pagamento e obrigações da CONTRATADA.

**13.7.** A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), é condição indispensável para a eficácia do Termo de Contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer nos seguintes prazos, contados da data de sua assinatura: **Até 25 (vinte e cinco) dias úteis**.

## **12.8 DEMAIS CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO**

12.8.1. Comprovar a realização de no mínimo 20 (vinte) etapas do circuito profissional no ano de 2024;

12.8.2. Comprovação de ser detentora do campeonato profissional de montarias em touros, comprovando a existência do campeonato profissional de montarias, bem como comprovar que realiza as etapas do circuito profissional no mínimo há 3 (três) anos; comprovar a filiação do CIRCUITO PROFISSIONAL na CNAR–CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE RODEIO;

12.8.3. Apresentar documento que comprove ter 01 médico veterinário credenciado no EDA — escritório de defesa agropecuária, e filiado A CNAR – Confederação de Nacional De Rodeio.

12.8.4 Indicar no mínimo 03 (três) profissionais devidamente certificados pelas NR 05 e 35.

12.8.5 Contrato ou termo de compromisso assinado com os artistas indicados no item 7.2.10.

## **14. EXECUÇÃO DO OBJETO**

13.1. O evento será realizado no terreno localizado entre as ruas, Rua Hilarino Francisco da Silva, Rua Maria Portifirio de Matos, Rua Bonifácio Q. Mainardes, no período de 17 a 21 de dezembro de 2025.



13.2. A empresa responsável pela estrutura deverá finalizar toda a execução do objeto até às 14h do dia 16 de dezembro de 2025.

13.3. A Comissão Organizadora da Festa de Aniversário de 70 Anos de Arapoti/PR realizará a vistoria, acompanhada dos fiscais de contrato, a fim de aprovar ou solicitar as devidas correções que julgar necessárias.

13.4. Caso seja necessária alguma correção, a empresa deverá providenciar em, no máximo, 24h da notificação.

13.5. A contratada fornecerá para a Comissão Organizadora da Festa 42 (quarenta e dois) ingressos/dia para acesso aos camarotes visando facilitar a função fiscalizatória dos membros.



**MUNICÍPIO DE ARAPOTI**  
**Secretaria Municipal da Fazenda**  
**Divisão de Licitação e Compras**

13.6. Fica autorizada a subcontratação da: equipe de segurança, brigadistas, controladores de acesso, banheiros químicos, parque de diversões. Fica vedada a subcontratação da montaria em touros.

## **15. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

15.1. O licitante ou o CONTRATADO será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- 15.1.1. Dar causa à inexecução parcial do Termo de Contrato;
- 15.1.2. Dar causa à inexecução parcial do Termo de Contrato que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 15.1.3. Dar causa à inexecução total do Termo de Contrato;
- 15.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida;
- 15.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 15.1.6. Não celebrar o Termo de Contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 15.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 15.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do Termo de Contrato;
- 15.1.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do Termo de Contrato;
- 15.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 15.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 15.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º, da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.2. A prática de infrações poderá ensejar a aplicação das seguintes sanções:

- 15.2.1. Advertência;
- 15.2.2. Multa;
- 15.2.3. Impedimento de licitar e contratar;
- 15.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

15.3. A aplicação de quaisquer sanções será precedida do devido processo legal, no qual sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa.

15.4. As penalidades previstas nos subitens 14.2.1 e 14.2.2 serão aplicadas pelo Secretário da pasta a que o termo de contrato estiver vinculado.

15.5. Aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração municipal.

15.6. À luz do caso concreto, a autoridade competente poderá aplicar penalidade menos gravosa do que aquela inicialmente notificada, desde que em conformidade com a lei e compatível com o resultado da apuração respectiva.

15.7. A sanção de multa, em qualquer de suas modalidades, pode ser cumulada com outra sanção, nos termos do art. 156, § 7º, da Lei 14.133 de 2021.

### **14.1. SANÇÃO DE ADVERTÊNCIA:**

14.1.1. A sanção de advertência será aplicada na hipótese de inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, que não justifique a aplicação de sanção mais grave.

14.1.1.1. Para os fins deste subitem, considera-se pequena relevância o descumprimento de obrigações ou deveres instrumentais ou formais que não impactem



**MUNICÍPIO DE ARAPOTI**  
**Secretaria Municipal da Fazenda**  
**Divisão de Licitação e Compras**

---

objetivamente na execução do contrato, bem como não causem prejuízos à Administração municipal.

- 14.1.1.2.** A reincidência no descumprimento contratual, quanto ao mesmo motivo que justificou a advertência, ensejará a aplicação de sanção mais grave, dentre as previstas no Decreto Municipal nº 7.209, de 15 de abril de 2024.
- 14.1.1.3.** Havendo aplicação de três advertências na mesma ata de registro de preços, mesmo que por motivos diversos, as próximas advertências serão substituídas pela aplicação de sanção mais grave.

**14.2. SANÇÃO DE MULTA:**

- 14.2.1.** A sanção de multa terá natureza moratória ou compensatória e poderá ser aplicada ao licitante ou CONTRATADO pelo cometimento de qualquer das infrações administrativas previstas no subitem 14.9.
  - 14.2.1.1.** O edital ou a ata de registro de preços poderão prever os percentuais das multas aplicáveis, observando sempre o limite mínimo de 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) calculados sobre o valor do contrato.
- 14.2.2.** A multa moratória de que trata o art. 162 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, será de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, recaindo o cálculo sobre o valor do contrato ou do instrumento equivalente, até o limite de 30% (trinta por cento).
- 14.2.3.** A aplicação de multa moratória não impedirá que a administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas no subitem 18.1.
- 14.2.4.** O edital e a ata de registro de preços poderão prever a aplicação de multa compensatória de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e no máximo 30% (trinta por cento) em razão do cometimento das infrações administrativas previstas no subitem 18.1.
- 14.2.5.** Poderá ser aplicada multa compensatória, estipulada segundo os limites do subitem 14.10.1.1, ao licitante ou CONTRATADO que retardar o procedimento de contratação, descumprir preceito normativo ou obrigações assumidas, tais como:
  - a)** Tumultuar a sessão pública da licitação;
  - b)** Propor recursos manifestamente protelatórios em sede de contratação direta ou de licitação;
  - c)** Deixar de providenciar o cadastramento da empresa vencedora da licitação ou da contratação direta junto ao Sistema de Cadastro de Fornecedores dentro do prazo concedido, salvo por motivo justificado e aceito pela administração;
  - d)** Deixar de cumprir as exigências de reserva de cargos previstas em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;
  - e)** Deixar de cumprir o modelo de gestão do contrato;
  - f)** Deixar de apresentar garantia ou complementar o valor da garantia recolhida após solicitação do CONTRATANTE;
  - g)** Não devolver os valores pagos indevidamente pelo CONTRATANTE;
  - h)** Não manter, durante a execução do contrato, todas as condições exigidas para a habilitação, em caso de licitação, ou para a qualificação, em caso de contratação direta, ou, ainda, quaisquer outras obrigações;



**MUNICÍPIO DE ARAPOTI**  
**Secretaria Municipal da Fazenda**  
**Divisão de Licitação e Compras**

---

- i) Deixar de regularizar, no prazo definido pela administração, os documentos exigidos pela legislação para fins de liquidação e pagamento da despesa;
- j) Manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto;
- k) Utilizar as dependências do CONTRATANTE para fins diversos do objeto do contrato;
- l) Deixar de substituir empregado cujo comportamento for incompatível com o interesse público, em especial quando solicitado pela administração;
- m) Deixar de efetuar o pagamento de salários, vale-transporte, vale refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como deixar de arcar com quaisquer outras despesas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas;
- n) Deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária regularizada;
- o) Deixar de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido na hipótese de o licitante ou CONTRATADO enquadrar-se como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou equiparados, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
- p) Não manter atualizado e-mail para contato, sobretudo dos prepostos, nem informar à gestão e à fiscalização do contrato, no prazo de 02 (dois) dias úteis, a alteração de endereços, sobretudo quando este ato frustrar a regular notificação de instauração de processo sancionador;
- q) Subcontratar o objeto ou a execução de serviços em desacordo com os limites previstos em edital ou ata de registro de preços, ou de forma que impossibilite a prestação do serviço ou fornecimento do objeto.

**14.2.6.** Poderá ser aplicada multa compensatória, segundo os limites do subitem 14.10.1.1, sobre o valor da parcela inadimplida ao licitante ou CONTRATADO que entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade CONTRATADAS ou com irregularidades ou defeitos ocultos que o tornem impróprio para o fim a que se destina.

**14.2.6.1.** A aplicação da penalidade prevista no subitem 14.10.1, não exime o licitante ou CONTRATADO de entregar objeto em conformidade.

**14.2.7.** As multas de mora e compensatórias serão fixadas considerando as atenuantes e agravantes presentes no caso concreto.

**14.2.8.** A multa moratória prevista no subitem 14.10.2, pode ser aplicada cumulativamente com as multas compensatórias previstas nos subitens 14.10.4, 14.10.5 e 14.10.6.

**14.2.9.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela administração ao CONTRATADO, além da perda desse valor, a diferença poderá ser paga diretamente à administração, descontada da garantia prestada ou cobrada judicialmente.

**14.2.9.1.** A multa inadimplida poderá, na forma do edital ou do contrato, ser descontada de pagamento eventualmente devido pela CONTRATANTE decorrente de outras atas de registro de preços firmados com a Administração municipal.

**14.2.9.2.** A aplicação das sanções previstas no subitem 14.10.9, não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à administração.

**14.3. SANÇÃO DE IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR:**

**14.3.1.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas no subitem 14.1, exceto a do subitem 14.1.1, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave.



**MUNICÍPIO DE ARAPOTI**  
**Secretaria Municipal da Fazenda**  
**Divisão de Licitação e Compras**

---

- 14.3.1.1.** São hipóteses de aplicação da sanção de impedimento de licitar e contratar:
- a) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração municipal, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
  - b) Der causa à inexecução total do contrato;
  - c) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
  - d) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado e aceito pela Administração;
  - e) Não celebrar a ata de registro de preços ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
  - f) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.
- 14.3.1.2.** Considera-se também inexecução total do contrato:
- a) Recusa injustificada de cumprimento integral da obrigação contratualmente determinada;
  - b) Recusa injustificada do adjudicatário em assinar ata de registro de preços ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido em edital.
- 14.3.1.3.** Considera-se inexecução parcial o descumprimento de parcela do objeto.
- 14.3.1.4.** A sanção prevista no caput deste artigo impedirá o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Arapoti, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**14.4. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE:**

- 14.4.1.** A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada àquele que:
- a) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
  - b) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
  - c) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
  - d) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
  - e) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º, da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013; e
  - f) Incorrer nas hipóteses previstas no subitem 14.12.1, se a gravidade da conduta e/ou dos prejuízos sofridos pela Administração municipal justificarem penalidade mais séria do que o impedimento de licitar e contratar.
- 14.4.1.1.** A sanção prevista no caput terá prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- 14.4.1.2.** A sanção prevista no caput deste artigo, aplicada por qualquer ente da Federação, impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Arapoti, enquanto perdurarem os efeitos da sanção, respeitados os prazos mínimo e máximo definidos no subitem 14.12.1.1.
- 14.5.** No caso da prática de atos lesivos previstos no art. 5º, da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, a que se refere o inciso XII do art. 3º, todas as infrações administrativas conexas serão apuradas e julgadas conjuntamente.



## **15. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO E GARANTIA ADICIONAL**

- 15.1. Será exigida garantia da execução do contrato, na forma estabelecida na Minuta do Termo de Contrato.
- 15.2. O recolhimento da garantia de execução e da garantia adicional, se houver, deverá ser efetuada nos termos dos artigos 96, 97, 98 e 59, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

## **16. DOS PRAZOS, RECEBIMENTO DO OBJETO E PAGAMENTO**

- 16.1. Na contagem dos prazos previstos neste Edital, excluir-se-á o dia da publicação/notificação/convocação e incluir-se-á o dia do vencimento.
- 16.2. Só se iniciam ou vencem os prazos referidos neste Edital em dia de expediente no licitador, observado o art. 183 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 16.3. O objeto será recebido, provisória e definitivamente, na forma estabelecida na Minuta do Termo de Contrato.
- 16.4. O pagamento para fins de execução contratual ocorrerá na forma estabelecida na Minuta do Termo de Contrato.

## **17. DO CONTROLE DE EXECUÇÃO**

- 17.1. A proponente deve respeitar rigorosamente as normas estabelecidas na Minuta do Termo de Contrato.

## **18. DO REAJUSTE**

- 18.1. O reajustamento dos preços, no âmbito da contratação decorrente deste processo licitatório, será deferido nos termos estabelecidos na Minuta do Termo de Contrato.

## **19. DA SUBCONTRATAÇÃO**

- 19.1. A CONTRATADA não poderá subcontratar o Contrato, a nenhuma pessoa física ou jurídica, salvo autorização prévia, por escrito, do CONTRATANTE, nos termos estabelecidos na Minuta do Termo de Contrato.
  - 19.1.1. A subcontratação parcial do objeto, será permitida até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:
    - 19.1.1.1 Autorização prévia por escrito do CONTRATANTE, a quem incumbe aferir as condições de habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista da SUBCONTRATADA, bem como, os requisitos de qualificação técnica, quando exigidos no edital.
  - 19.1.2. Em qualquer hipótese de SUBCONTRATAÇÃO, permanece a responsabilidade integral da contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da SUBCONTRATADA, bem como responder perante o CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da SUBCONTRATAÇÃO;
  - 19.1.3. É vedada a SUBCONTRATAÇÃO de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau;
  - 19.1.4. Se a contratada ceder o presente Contrato a uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas sem autorização prévia e por escrito do CONTRATANTE, deverá obrigatoriamente reassumir a execução da obra, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, da data da notificação ou aplicação da multa, sem prejuízo de outras sanções contratuais, inclusive rescisão do contrato;
  - 19.1.5. É vedada a SUBCONTRATAÇÃO total do objeto licitado.



## 20. DA DATAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

20.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do município de Arapoti para o **exercício de 2025**, na classificação abaixo:

<b>Exercício</b>	
<b>Órgão</b>	
<b>Unidade</b>	
<b>Função</b>	
<b>Subfunção</b>	
<b>Programa</b>	
<b>Ação</b>	

## 21. DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LEI Nº 13.709/2018

- 21.1. É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da CONTRATAÇÃO, mantendo-se sigilo e confidencialidade, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.
- 21.2. A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.
- 21.3. A CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao CNMP, em até 2 (dois) dias do conhecimento, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.
- 21.4. A CONTRATADA cooperará com a CONTRATANTE no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, ANPD e Órgãos de controle administrativo em geral;
- 21.5. Eventuais responsabilidades das partes serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da LGPD.

## 22. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

- 22.1. O CONTRATADO deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e SUBCONTRATADOS, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:
- “Prática Corrupta”**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução do contrato;
  - “Prática Fraudulenta”**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;
  - “Prática de Colusão”**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;



**MUNICÍPIO DE ARAPOTI**  
**Secretaria Municipal da Fazenda**  
**Divisão de Licitação e Compras**

- d) **“Prática Coercitiva”**: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
- e) **“Prática Obstrutiva”**:
- e.1) Destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital;
- e.2) Atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.
- f) Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para outorga de outras atas de registro de preços financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução uma ata de registro de preços financiado pelo organismo.
- 22.2.** Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar que, na hipótese de a ata de registro de preços vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

## **23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 23.1.** O Município de Arapoti se reserva o direito de revogar ou anular esta licitação, parcial ou totalmente.
- 23.1.1.** A revogação ou anulação da licitação observará os procedimentos e normas previstas no art. 71 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 23.2.** O licitador poderá declarar a licitação deserta ou fracassada, quando, respectivamente, não acudirem proponentes à licitação ou nenhuma das propostas de preços satisfizer o objeto.
- 23.3.** Fica estabelecido que toda e qualquer informação, esclarecimento ou dado fornecidos verbalmente por servidores/empregados do licitador não serão considerados como argumento para impugnações, reclamações ou reivindicações por parte das proponentes.
- 23.4.** Quando qualquer objeto de valor histórico ou valor significativo venha a ser descoberto, em qualquer parte do canteiro de obras e/ou local em que está sendo executado o objeto do presente Edital, a Contratada deverá notificar à fiscalização e aguardar instruções sobre os procedimentos a serem seguidos.
- 23.5.** Caso as datas previstas para a realização de sessões na presente licitação sejam declaradas feriado ou ponto facultativo, serão realizadas no primeiro dia útil subsequente.
- 23.6.** No julgamento da habilitação e das propostas, o Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 23.6.1.** O Agente de Contratação poderá promover diligências destinadas à complementação de informações sobre documentos já apresentados, desde que se trate de fatos existentes à época da abertura do certame e atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas, nos termos do art. 64 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 23.7.** As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa e o princípio do formalismo moderado, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.



**MUNICÍPIO DE ARAPOTI**  
**Secretaria Municipal da Fazenda**  
**Divisão de Licitação e Compras**

---

- 23.8.** A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.
- 23.9.** O reconhecimento de firma, inclusive reconhecimento de firma digital, somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade, salvo imposição legal.
- 23.10.** A licitante vencedora deverá comunicar à Administração toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização, devendo manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 23.11.** Os casos omissos e as dúvidas surgidas serão resolvidos pelo Agente de Contratação, ouvidas, se for o caso, as Unidades competentes.
- 23.12.** Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais em face da superveniência de normas federais e municipais disciplinando a matéria.
- 23.13.** Os atos relativos à licitação efetuados por meio do sistema serão formalizados e registrados em processo administrativo pertinente ao certame.
- 23.14.** O resultado deste certame e os demais atos pertinentes a esta licitação sujeitos a publicação serão divulgados no Portal Nacional de Contratações Públicas.
- 23.15.** A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo a autoridade competente, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação do interessado, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o art. 71 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 23.16.** Fica desde logo eleito o Foro da Comarca de Arapoti, Estado do Paraná para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes do presente certame ou de ajuste dele decorrente.

Arapoti, 05 de maio de 2025.

**LUCIANO AGUIAR ROCHA**  
Agente de Contratação



**MUNICÍPIO DE ARAPOTI**  
**Secretaria Municipal da Fazenda**  
**Divisão de Licitação e Compras**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO:**

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	VALOR DE ABERTURA DA CONCESSÃO
01	Autorização de uso de espaço público para realização, organização e exploração do evento “Aniversário de 70 anos de Arapoti-PR, no período de 17 a 21 de dezembro de 2025, com permissão de direito de exploração, com o uso de bens públicos a ela afetos, em conformidade com os termos do presente Termo de Referência e do Estudo Técnico Preliminar.	R\$ 88.000,00

1.1. A empresa vencedora do certame deverá atender ao seguinte: Fornecimento de Estrutura parcial; Praça de Alimentação; Equipamentos, Materiais, Mão de Obra; Projeto Técnico com ART; Segurança e Brigadistas: Durante a montagem da estrutura e nos dias dos eventos.

1.2. Detalhamento do objeto:

**1.2.1. ENGENHEIRO – PROJETO TÉCNICO**

1.2.1.1. Contratação de 01 (um) Engenheiro para realização de projeto total e vistoria junto ao Corpo de Bombeiros. Elaboração de Projeto Técnico de Segurança e Risco para apresentação ao corpo de bombeiros de acordo com o decreto estadual 11.868, de 03/12/2018 e instruções técnicas NPT 041/2015, cadastro no sistema via fácil, acompanhamento do processo até a aprovação do projeto, emissão de ART. Elaboração dos documentos para solicitação de vistoria da Polícia Militar, Conselho Tutelar, e Vara da Infância e Juventude, bem como protocolo nos referidos órgãos. Instalação dos itens de segurança contra incêndio e pânico de acordo com o projeto técnico aprovado. Extintores de incêndio de água pressurizada e pó químico seco, com capacidade extintora de 2A e 20BC respectivamente, os quais deveram ser instalados nos pontos de acordo com a legenda apresentada na planta das medidas de segurança. Sinalização de emergência (equipamentos de segurança, rotas de fuga, saídas de emergência, advertência). Iluminação de emergência (instalação de chicote em cabo pp 2x1mm, com lâmpadas de acendimento rápido com soquetes de 10 em 10 metros no mínimo), na praça de alimentação, boate, camarotes e arquibancadas. Instalação de sensores infravermelho para contagem de público na entrada principal do recinto e camarote, com painel para visualização da contagem, de acordo com a Instrução Técnica NPT 41/2015. A empresa contratada deverá possuir o CNAE referente a atividade na qual irá atuar.

**1.2.2. CAMAROTES**

1.2.2.1. Disponibilizar no mínimo 120 camarotes, com capacidade máxima para 10 pessoas.

1.2.2.2. Cada camarote deve conter um jogo de mesa de plástico com 04 cadeiras. Com fechamento mínimo com lona e grades de proteção em tela, com medidas mínimas nas dimensões 2,50 x 2,50m.

1.2.2.3. Corredor medindo 1m de largura.



**MUNICÍPIO DE ARAPOTI**  
**Secretaria Municipal da Fazenda**  
**Divisão de Licitação e Compras**

---

1.2.2.4. A estrutura de montagem dos camarotes deve conter piso antiderrapante, degraus com largura mínima de 70 (setenta) centímetros, conforme normas emitidas pelo Corpo de Bombeiros, de estrutura metálica galvanizada, em tubos de 48,30mm de diâmetro por 3mm de espessura com ligações formadas por engates, rosáceas e cunhas.

1.2.2.5. A contratada terá o direito de exploração da venda de camarotes, ficando a renda obtida em seu favor.

1.2.2.6. A estrutura dos camarotes deve conter a área para fumantes.

1.2.2.7. Balada

1.2.2.7.1. Deverá conter, área livre, piso antiderrapante, rampas, escadas, decoração e fechamento nas laterais. Os Camarotes deverão ser vinculados com a Balada.

1.2.2.7.2. Os Camarotes deverão ser vinculados com a Balada.

1.2.2.7.3. Atrações artísticas para a balada são de responsabilidade da contratada.

### **1.2.3. ARQUIBANCADA**

1.2.3.1. A arquibancada deverá ter no mínimo 400m<sup>2</sup>.

1.2.3.2. Cobertura tipo chapéu de bruxa, com piso antiderrapante, estruturada em 12 (doze) degraus, com largura mínima de 70 (setenta) centímetros, conforme normas emitidas pelo Corpo de Bombeiros, de estrutura metálica galvanizada, em tubos de 48,30 mm de diâmetro por 3 mm de espessura e tubos retangulares de no mínimo 50 mm por 30mm, 3mm de espessura com ligações formadas por engates, rosáceas e cunhas, com capacidade máxima para 2.500 (duas mil e quinhentas) pessoas.

### **1.2.4. CHAPAS DE FECHAMENTO**

1.2.4.1. Instalação de biombos/barreira metálica para isolamento do local aproximadamente 600m, com no mínimo 2m de altura, com saídas de emergência, portões antipânico, conforme plano de emergência estabelecido pelo Corpo de Bombeiros.

### **1.2.5. SERVIÇOS DE ELETRICISTA**

1.2.5.1. Para instalação elétrica de toda parte da arena, camarote, praça de alimentação, nas decorações, banheiros, camarins e área de circulação. Deverá ser considerado no mínimo 01 (um) profissional eletricista durante toda montagem e desmontagem do evento, com fornecimento mínimo dos seguintes materiais: 10 holofotes de led 800w para a arena; 02 holofotes HQI 200w para a arena; 20 holofotes 200w para os camarotes; 100 metros de cabo 4x95 para rede das barracas da praça de alimentação; 04 refletores de 400w atrás do palco.

1.2.5.2. Fornecimento do padrão de energia fica por conta da contratante, por se tratar de melhoria necessária em bem público, porém a instalação do padrão de energia e a taxa de ligação de energia serão de responsabilidade da empresa contratada.

### **1.2.6. CAMARINS**

1.2.6.1. Dois camarins em octanorma, medindo no mínimo 4mx4m com ar-condicionado, banheiro e decoração.

### **1.2.7. PAVILHÃO**



1.2.7.1. Estrutura Pavilhão 22m x 74m, estilo pavilhão móvel galpão, tipo duas águas, revestido em lona espalmada, em tecido sintético (PVC) pigmentado em ambas as faces, autoextinguível / antimoho / antifungos e antirraios UV, com bloqueador solar. Galpão deve apresentar vão totalmente livre, suportar ventos conforme ABNT (NBR 6123). Constituído em Q50 e Q30 todo em alumínio, perfis de alumínio para fixação da lona, estacas aço ou chumbadores para fixação no chão, catracas e cintos para travamento, e lances múltiplos de 10m, pés com regulagem de altura podendo chegar até 6,5m de altura na lateral e 9m no centro.

#### **1.2.8. SINALIZAÇÃO COM PLACAS INDICATIVAS**

1.2.8.1. A contratada deverá providenciar sinalização para sanitários, praça de alimentação, camarotes, ambulância, informações e outros, de acordo com o projeto do evento e normas técnicas e de segurança do corpo de bombeiros.

#### **1.2.9. CATRACAS ELETRÔNICAS OU MECÂNICAS**

1.2.9.1. Deverá ser disponibilizada ao menos 08 catracas, sendo 04 catracas para controle de acesso de público na entrada principal da festa e 04 catracas para acesso dos camarotes, observada as exigências do Corpo de bombeiros para emissão do AVCB.

#### **1.2.10. SANITÁRIOS QUÍMICOS**

1.2.10.1. Os sanitários químicos deverão ser instalados conforme projeto aprovado pelo Corpo de Bombeiros, além disso, deverá observar ao seguinte:

1.2.10.1.1. No mínimo 04 (quatro) Banheiros Container – módulo metálico em aço galvanizado com duas venezianas fixas, porta com trinco, vaso sanitário, uma calha lavatório, piso antiderrapante e instalação para luz incandescente. 02 unidades feminina e 02 unidades masculina.

1.2.10.1.2. Os serviços de limpeza dos recipientes no mínimo 1 vez ao dia, com fornecimento de equipe para limpeza e manutenção permanente dos banheiros durante o evento, mais materiais de higiene. Devidamente instalado desde o dia 16/12/2025 até o dia 22/12/2025.

1.2.10.1.3. No mínimo 60 Cabines Sanitárias Químicas, TIPO PADRÃO, individual e portátil, com as características mínimas: Confeccionada em polietileno de alta densidade resistente e lavável; Com caixa para dejetos, mínimo 220 litros de capacidade; Assento sanitário com tampa Teto translúcido (branco leitoso), para aproveitamento da iluminação externa Piso antiderrapante; • Entradas de ventilação; • Trinco resistente à violação e com indicação “livre/ocupado” externo; • Com porta papel higiênico, devidamente abastecidos; Com identificação externa (30 femininos e 30 masculinos). Com serviços de limpeza dos recipientes de no mínimo 1 vez ao dia, com fornecimento de equipe para limpeza e manutenção permanente dos banheiros durante o evento, mais materiais de higiene. Devidamente instalado desde o dia (16/12/2025) até o dia (22/12/2025).

1.2.10.1.4. No mínimo 02 Cabines para pessoas com deficiência, com serviços de limpeza dos recipientes de no mínimo uma vez ao dia, com fornecimento de equipe para limpeza e manutenção permanente dos banheiros durante o evento, mais materiais de higiene devidamente instalado desde o dia (16/12/2025) até o dia (22/12/2025).

1.2.10.2. Os banheiros químicos terão sua higienização (sucção dos dejetos) realizada todos os dias.



**MUNICÍPIO DE ARAPOTI**  
**Secretaria Municipal da Fazenda**  
**Divisão de Licitação e Compras**

---

1.2.10.3. A contratada não poderá auferir qualquer receita com as instalações e funcionamento dos banheiros ao público, cujo acesso é assegurado inteiramente gratuito.

**1.2.11. RODEIO**

1.2.11.1. Os animais utilizados no evento serão registrados no Conselho Regional de Medicina Veterinária - CRMV, e serão tratados com ração balanceada, sendo-lhes disponibilizado o acesso a bebedouros durante a permanência no recinto nos termos da Lei Federal n. 10.519/2002.

1.2.11.2. Autorização da Defesa Sanitária Animal do Estado do Paraná- ADAPAR

1.2.11.3. Arena para rodeio e para provas com:

1.2.11.3.1. A arena terá a medida mínima de 40mx22m e no mínimo 06 portões de bretes.

1.2.11.3.2. Competidores profissionais para montarias (credenciados no respectivo circuito profissional, com mínimo de 30 montarias em touro), sendo que 80% (oitenta por cento) das vagas serão do circuito, enquanto 20% (vinte por cento) para competidores do município não inscritos no circuito profissional.

1.2.11.3.3. Assessoria e Coordenação de Rodeio Informatizado;

1.2.11.3.4. Contrato trabalhista e recolhimento do INSS dos competidores em consonância com a Lei Federal n. 10.220/2001.

1.2.11.3.5. Seguro de vida para competidores e profissionais de arena;

1.2.11.3.6. Divulgação de evento nas mídias e nas redes sociais (Instagram – Facebook – Twitter – Youtube – etc.);

1.2.11.3.7. Contratação de Locutor de Rodeio de renome nacional.

1.2.11.3.8. O nome do locutor deverá passar por aprovação da Divisão de Cultura da Prefeitura Municipal de Arapoti. Sugestão: Waltinho dos Santos, Almir Cambra, Humberto Junior, Marco Brasil Pai, etc...

1.2.11. 3.9. Transmissão ao vivo do rodeio em mídia social;

1.2.11.3.10. Assessoria de Imprensa na divulgação do evento;

1.2.11.3.11. Mínimo de um fotógrafo profissional especializado (e credenciado) no respectivo circuito profissional;

1.2.11.3.12. Mínimo de um produtor de vídeo das melhores montarias;

1.2.11.3.13. Produção e cenário de abertura;

1.2.11.3.14. Equipe de manejo e embretamento dos animais;

1.2.11.3.15. Equipe Especializada em segurança para cuidar da estrutura no período da montagem e desmontagem.

1.2.11.3.16. Um Organizador de plantão no local, durante todo o evento.

1.2.11.3.17. Diretor de arena equipe de staff (credenciado no respectivo circuito profissional);



**MUNICÍPIO DE ARAPOTI**  
**Secretaria Municipal da Fazenda**  
**Divisão de Licitação e Compras**

---

- 1.2.11.3.18. Assessoria do Rodeio (sorteios e resultados);
- 1.2.11.3.19. Podium para entrega de prêmios e make droop;
- 1.2.11.3.20. Mínimo de 03 (três) fivelas (melhor peão, melhor boiada e campeão do rodeio);
- 1.2.11.3.21. Cenário e cerimonial de abertura do rodeio todas as noites.
- 1.2.11.3.22. Mínimo de 03 Salva Vidas (credenciado no respectivo circuito profissional);
- 1.2.11.3.23. Comentarista de rodeio (credenciado no respectivo circuito profissional);
- 1.2.11.3.24. Um médico veterinário credenciado no EDA Escritório de Defesa Agropecuária, e filiado a CNAR-CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE RODEIO;
- 1.2.11.3.25. Fornecimento de touros com, no mínimo, 30 (trinta) bois, com respectivo certificado de sanidade e GTA (Guia de Transportes de Animais) a serem transportados em caminhões apropriados e deverão receber água e ração durante a permanência nas querências;
- 1.2.11.3.26. Mínimo de 25 Montarias/Dia em touros. As companhias de rodeio em touros nacionalmente reconhecidas (credenciadas no respectivo circuito profissional semelhante as seguintes companhias –LUCAS VALÉRIO, CALIFORNIA, CONDOMÍNIO BRS, CIA ORIGINAL, 2HOLPING E MARCELO CASTRO);
- 1.2.11.3.27. A contratada deverá fornecer pelo menos 02 (duas) das boiadas mencionadas no item anterior;
- 1.2.11.3.28. Mínimo de 01 laçador de arena (credenciado no respectivo circuito profissional);
- 1.2.11.3.29. Mínimo de 03 juízes de arena (credenciados no respectivo circuito profissional);
- 1.2.11.3.30. Mínimo de 01 juiz de brete (credenciado no respectivo circuito profissional);
- 1.2.11.3.31. Mínimo de 03 porteireiros (credenciados no respectivo circuito profissional);
- 1.2.11.3.32. Equipe de paramédicos com equipamentos e medicamentos para atendimentos aos profissionais;
- 1.2.11.3.33. Logística/transporte, diária de alimentação e hospedagem de todos os peões e prestadores de serviço serão suportados pela contratada;
- 1.2.11.3.34. Custeio das premiações dos competidores das modalidades em touros, do primeiro ao quinto lugar, mínimo de 20.000,00 (vinte mil reais), para a modalidade.
- 1.2.11.3.35. Contratar um locutor para todos os dias da festa, com a finalidade de animar o público e prestar informações necessárias, conduzindo também as apresentações artísticas. Exige-se que o locutor tenha experiência em eventos similares e estará sujeito à aprovação da contratante.

**1.2.12. SEGURANÇAS E BRIGADISTAS**

- 1.2.12.1. Equipe Especializada em Segurança para apoio, organização, monitoramento e orientação do público, equipados com rádio transmissor em número não inferior a 50 (cinquenta) pessoas por dia. Podendo haver alterações segundo requisitos especificados pelo corpo de bombeiros



**MUNICÍPIO DE ARAPOTI**  
**Secretaria Municipal da Fazenda**  
**Divisão de Licitação e Compras**

---

1.2.12.2. Em caso de terceirização desse serviço, será obrigatória a apresentação dos documentos que autorizam a empresa a operar nesse ramo de atividade.

1.2.12.3. A contratação inclui os respectivos equipamentos, como detectores de metais e rádios comunicadores;

1.2.12.4. Equipe de Brigadistas, sendo que o número de brigadistas deverá obedecer aos requisitos de cuidados especificados pelo Corpo de Bombeiros de acordo com o evento. Em média, 20 brigadistas, por dia.

**1.2.13. GERADORES**

1.2.13.1. 02 (dois) Geradores de 360 Kva para alimentar a praça de alimentação, mais estruturas de palco, som, iluminação da arena, camarotes e arquibancada e 01 (um) gerador em “stand-by”.

**1.2.14. QUEIMA DE FOGOS**

1.2.14.1. Uma Queima de Fogos sem Estampidos e Cenário em todos os dias do evento, no momento de sua abertura e no seu encerramento, com shows pirotécnicos com duração aproximada de no mínimo 10 minutos cada, no modelo piro musical computadorizado; e nos dias intermediários, com duração aproximada de 5 minutos cada uma.

1.2.14.2. No dia 18/12/2025 deverá ter duração de, no mínimo, 15 minutos.

**1.2.15. DECORAÇÃO**

1.2.15.1. Total das estruturas metálicas das arquibancadas e camarotes com tecidos tencionados (lycra), mínimo 600 metros de tecido. Observância aos requisitos de cuidado especificados pelo Corpo de Bombeiros com tecido antichamas.

**1.2.16. ESTRUTURA METÁLICA EM RAMPA**

1.2.16.1. Instalação de rampa de acessibilidade em estrutura metálica, devidamente amparada com guarda corpos e corrimãos e piso antiderrapante. Contendo aproximadamente 12,60 x 3,05 conforme representação gráfica no layout (anexo I) de acesso para área 2 da festa (praça de alimentação, arena de rodeio e camarotes). Obedecendo as normas de segurança estabelecida pelo Corpo de Bombeiros.

**1.2.17. PATROCÍNIO**

1.2.17.1 A contratada explorará e captará o patrocínio com exclusividade.

**1.2.18. PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO**

1.2.18.1. Praça de alimentação completa com 01 (um) ponto de venda.

1.2.18.2. No mínimo 100 (cem) jogos de mesas de plástico com 04 (quatro) cadeiras para atendimento ao público.

1.2.18.3. Para a autorização de participação de estabelecimentos alimentação e bebidas serão outorgadas às pessoas jurídicas devidamente constituídas;

1.2.18.4. O horário de funcionamento dos bares e serviços de alimentação serão de acordo com os horários da festa;



**MUNICÍPIO DE ARAPOTI**  
**Secretaria Municipal da Fazenda**  
**Divisão de Licitação e Compras**

---

1.2.18.5. Fica atribuído ao responsável pela praça de alimentação o conhecimento da Legislação Sanitária Vigente e suas atualizações;

1.2.18.6. Observar e cumprir rigorosamente todas as normas da vigilância sanitária;

1.2.18.7. Não vender bebidas em recipientes de vidro;

1.2.18.8. Manter a execução dos serviços em ritmo adequado e eficiente os serviços para venda de bilhetes (ticket) para o consumo de lanches e bebidas;

1.2.18.9. Manter seu pessoal uniformizado, com toucas e luvas, observando todas as normas sanitárias, de higiene e limpeza;

1.2.18.10. Realizar os abastecimentos, diariamente até no máximo às 12 horas, sendo que após este horário, não será mais permitida a entrada de veículos nos locais de circulação do espaço destinado à realização dos eventos.

1.2.18.11. Fornecer mesas e cadeiras para disposição das praças de alimentação.

1.2.18.12. Fornecer recipiente adequado para descarte dos lixos, durante todo o evento. Em diferentes pontos estratégicos

1.2.18.13. Ficar responsável pela limpeza do ambiente, assim como pelo fornecimento de pratos, talheres, copos, toalhas guardanapos, palitos e outros utensílios necessários;

1.2.18.14. Deverá oferecer todos os utensílios necessários para o consumo adequado das referidas bebidas (copos plásticos, canudos, gelo, guardanapo, resfriadores), sem cobrança adicional;

1.2.18.15. Somente poderão ser fornecidos produtos, quando for o caso, que estejam devidamente registrados nos órgãos oficiais competentes; tenham sido produzidos e embalados por estabelecimentos devidamente licenciados para funcionamento; não possuam embalagens abertas ou violadas, ou com qualquer tipo de alteração, quando comparada com a condição original. Os produtos devem atender os seguintes requisitos: I. Sejam compatíveis com as descrições contidas neste Termo. II. Sejam novos (genuínos) de primeira qualidade, ou seja, estar de acordo com as normas do INMETRO, e ABNT, no que couber, e em conformidade com as edições mais recentes, preferencialmente de fabricação nacional.

1.2.18.16. Bebidas importadas deverão ser de procedência legal;

1.2.18.17. Deverá fixar em local visível, nos espaços de venda de bebidas alcoólicas, placas de sinalização de “PROIBIDO VENDA DE BEBIDAS ALCÓOLICAS PARA MENORES”, de acordo com a Lei n. 13.106/2015. A inobservância do item acima, em caso de fiscalização e autuação, será de inteira responsabilidade da proponente responder por qualquer ônus;

1.2.18.18. Deverá dispor de, no mínimo, 06 (seis) pontos de venda de bebidas com pelo menos 03 (três) marcas de cerveja, 02 (duas) de refrigerante e 01 (uma) água.

1.2.18.19. Todos os produtos deverão estar dentro do prazo de validade, passando, quando necessário, por aprovação da Prefeitura Municipal de Arapoti/Divisão de Cultura.

**1.2.19. PARQUE DE DIVERSÕES**



**MUNICÍPIO DE ARAPOTI**  
**Secretaria Municipal da Fazenda**  
**Divisão de Licitação e Compras**

---

1.2.19.1. Parque de diversões com estrutura de qualidade, sem presença de ferrugem ou problemas operacionais, cumprindo todos os requisitos de segurança vigentes. O evento deverá contar com no mínimo 05 (cinco) brinquedos, sendo 02 (dois) de grande porte e 03 (três) de pequeno porte.

**1.2.20 GRADES METÁLICAS**

1.2.20.1. Fornecer grades metálicas para organização do evento, trânsito e tráfego nos entornos do evento, conforme projeto aprovado pelo corpo de bombeiros;

**1.2.21. GRADE DE SHOWS**

1.2.21.1. A contratante fornecerá a seguinte grade de shows: Clayton e Romário – dia 17/12/2025; contrapartida da empresa contratada - dia 18/12/2025; Brenno e Matheus – dia 19/12/2025; Thallys e Thiago – dia 20/12/2025 e após o DJ como contrapartida da empresa contratada - dia 20/12/2025; Leo e Raphael, custos da contratante – dia 21/12/2025

1.2.21.2. A organização e custeio de despesas dos shows é por conta da contratante, incluindo Rider técnico, alimentação, frete, hospedagem, transporte.

1.2.21.3. O traslado da cidade de origem à Arapoti – PR, hospedagem, diária de alimentação, carregadores, abastecimento do camarim e traslado local em 2 vans e 2 carros executivos, durante o evento dos dois shows a serem fornecidos pela contratada ficarão por conta desta.

1.2.21.4. A contratada deverá fornecer 01 (um) show musical para a abertura oficial do evento (dia 18/12), do gênero sertanejo, consagrado pela crítica especializada ou opinião pública, sugerindo: Gustavo Lima, Hugo e Guilherme, Henrique e Juliano, Matheus e Kauan, Simone Mendes ou Felipe e Rodrigo.

1.2.21.5. A contratada deverá fornecer 01 (um) show musical no sábado (dia 20/12), do gênero eletrônico, consagrado pela crítica especializada ou opinião pública, sugerindo: Jiraya Uai, Alok, Vovô do Funk, Dennis DJ, DJ Pedro Sampaio.

1.2.21.6. O pagamento do ECAD de todos os shows ficará por conta da contratante. No exercício de 2024, a responsabilidade pelo recolhimento do ECAD foi atribuída à empresa contratada, conforme previsão do contrato à época, em razão da forma de execução dos eventos e da estrutura contratual então vigente.

Entretanto, para o exercício de 2025, optou-se por atribuir tal responsabilidade à contratante, visando adequação às orientações jurídicas e administrativas atuais, que recomendam que o recolhimento das taxas de direitos autorais seja efetuado diretamente pelo ente público, uma vez que este é o promotor oficial dos eventos.

A alteração tem como objetivo garantir maior controle, transparência e conformidade legal no cumprimento das obrigações junto ao ECAD, além de evitar divergências na execução contratual e assegurar a regularidade da realização dos eventos culturais.

**1.2.22 SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO DOS SHOWS ARTÍSTICOS**

1.2.22.1 A empresa GABRIEL RODRIGUES LOPES - SOM E ALARMES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 07.550.749/0001-51, com sede na Rua Ideal Perez, nº 685, Bairro Centro, Cidade Arapoti-PR, será a responsável pelo fornecimento da estrutura, sonorização e iluminação dos shows dos artistas.



**MUNICÍPIO DE ARAPOTI**  
**Secretaria Municipal da Fazenda**  
**Divisão de Licitação e Compras**

---

A Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer ficará encarregada de fiscalizar e verificar a conformidade dos itens de estrutura contratados, sendo o saldo disponível da licitação no valor de **R\$ 2.383.089,12(Dois milhões, trezentos e oitenta e três mil, oitenta e nove reais e doze centavos)**, assegurando que estejam de acordo com as condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços nº 97/2024, decorrente do Processo Administrativo nº 21/2024 e do Pregão Eletrônico nº 10/2024.

1.2.22.2 A Prefeitura Municipal fica responsável pelo fornecimento de palco de estrutura sólida, coberto, conforme especificações técnicas em anexo;

1.2.22.3 A Prefeitura Municipal fica responsável por fornecer os equipamentos de sonorização e iluminação que deverão estar montados, testados e liberados para uso da banda no mínimo 12 (doze) horas antes do show, seguindo as especificações técnicas em anexo, para prévia aprovação da produção do artista, ficando restrito exclusivamente ao uso dele no do evento.

1.2.22.4 Quaisquer itens relacionados ao Rider Técnico que não estejam contemplados no orçamento previamente aprovado serão de responsabilidade exclusiva da contratada.

1.2.22.5 Compete à contratada arcar com as despesas referentes à hospedagem, alimentação e transporte do locutor de rodeio.

### **1.3. DISPOSIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.3.1 É expressamente vedada à transferência ou cessão da concessão a terceiros pelo concessionário, ressalvada as hipóteses de subcontratação.

1.3.2. A concessão é exclusivamente para os cinco dias de realização da festa encerrando automaticamente com a finalização das festividades

1.3.3. Para utilização do estabelecimento o Concessionário deverá atender a todas as legislações pertinentes à atividade a ser explorada no imóvel objeto desta licitação.

1.3.4. A Permissionária obriga-se quanto à conservação, à manutenção e à limpeza do local concedido, bem como a manter seguras suas instalações e bens móveis.

1.3.5. É vedada a realização de obras ou benfeitorias sem prévia e expressa autorização da Administração.

1.3.6. É responsabilidade da Concessionária a higienização, desinfecção, desinsetização e imunização das áreas e instalações concedidas, de acordo com as normas da ANVISA.

1.3.7. Torna se obrigatório o licenciamento sanitário de cada participante para comercialização de alimentos ou bebidas;

1.3.8. Torna se obrigatório o licenciamento da secretaria de agricultura de cada participante para a comercialização de produtos de origem animal;

1.3.9. Providenciar descarte de lixos de maneira adequada;

1.3.10. A solicitação de alvará eventual deverá ocorrer em até 30 dias no que antecede o evento;



**MUNICÍPIO DE ARAPOTI**  
**Secretaria Municipal da Fazenda**  
**Divisão de Licitação e Compras**

---

1.3.11. As documentações exigidas pela Vigilância Sanitária municipal devem ser entregues com obrigatoriamente 10 dias no que antecede o início do evento;

1.3.12. Assegurar que todas as instalações estejam em conformidade com as normas da Vigilância Sanitária, Corpo de Bombeiros e demais órgãos de fiscalização;

1.3.13. Responsabilizar-se pela alimentação e hospedagem de todos os profissionais envolvidos para a execução dos serviços contratados para montagem, operação e desmontagem das estruturas físicas;

1.3.14. Responder por quaisquer perdas e danos causados por seus funcionários, ainda que involuntariamente, às instalações do prédio, ao mobiliário, às máquinas, aos equipamentos e demais bens, ressalvada a hipótese de responsabilidade exclusiva da contratante;

1.3.15. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à administração ou a terceiros, por sua culpa ou dolo, não eximindo sua responsabilidade com a fiscalização ou o acompanhamento porventura efetuado pelo contratante.

1.3.16. Garantir que seus funcionários estejam devidamente identificados, com crachá e uniformizados, provendo-os dos Equipamentos de Proteção Individual – EPIs e Equipamentos de Proteção Coletiva.

1.3.17. Fiscalizar quanto ao uso de EPIs e EPCs pelos seus funcionários e substituir aqueles que se recusarem ou demonstrarem resistência para usá-los;

1.3.18. Assumir todos os encargos e despesas que se fizerem necessários para o adimplemento das obrigações decorrentes da contratação;

1.3.19. Assegurar a instalação de todos os suprimentos, acessórios, componentes ou outros materiais que exijam a presença de profissional especializado;

1.3.20. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

1.3.21. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

1.3.22. Todos os materiais utilizados na montagem do evento, principalmente os componentes da estrutura e seus acessórios, deverão estar em conformidade com as regras da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas).

1.3.23. Todos e quaisquer encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, financeiros ou de qualquer natureza, bem como todas as despesas geradas direta ou indiretamente pelo objeto do presente, são de responsabilidade única e exclusiva da contratada;

1.3.24. Toda a estrutura e equipamentos a serem instalados para a prestação do serviço de alimentação serão de responsabilidade da contratada, envolvendo o transporte, montagem e desmontagem, operação e retirada do local, inclusive pias, bancadas e equipamentos relativos a preparo, cocção dos alimentos (panelas, escumadeiras, travessas, fornos, pratos, talheres de metal, guardanapos e demais utensílios).



**MUNICÍPIO DE ARAPOTI**  
**Secretaria Municipal da Fazenda**  
**Divisão de Licitação e Compras**

1.3.25. Caso ocorram problemas com os equipamentos antes ou durante a realização do evento, a contratada deverá providenciar o reparo ou substituição imediata dos mesmos.

1.3.26. Todas as despesas não relacionadas neste termo, mas necessárias para a realização do evento, que por ventura vierem a ocorrer, correrão por conta da contratada.

1.3.27. Obter todas as licenças, autorizações e alvarás para a realização do evento, incluindo o alvará de realização do evento junto ao Juizado da Infância e da Juventude. Todas serão acompanhadas, iniciadas, apostiladas, averbadas, vistas pela contratante, conforme for necessário;

1.3.28. Fica por responsabilidade da contratada, ter o responsável técnico por todo o projeto e suas instalações, sendo hidráulico, elétrico, estrutural, prevenção contra incêndio e execução. No que atine à documentação a ser apreciada pelo Corpo de Bombeiros, entende-se a elaboração do projeto do evento, que deverá ser acompanhado do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB, o qual será solicitado pela contratante e deverá ser aprovado antes do início do evento;

1.3.29. Em se tratando da montagem da estrutura, sonorização e iluminação, a contratada apresentará Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do engenheiro responsável, com a respectiva aprovação do Corpo de Bombeiros.

1.3.30. A contratada será responsável pelo pagamento, bem como, pelo plano de mídia, fotos, vídeos, gestão do sítio na internet e mídia nas redes sociais relacionadas ao evento, incluindo a cobertura do evento com transmissão em tempo real no telão e produção de mídia profissional com imagem do evento, produzidos com câmeras, drones e equipamentos audiovisuais profissionais, que devem ser disponibilizados para a Prefeitura Municipal de Arapoti.

## **2. LOCAL DO EVENTO**

2.1. O evento será realizado no terreno localizado entre as ruas, Rua Hilarino Francisco da Silva, Rua Maria Portifirio de Matos, Rua Bonifácio Q. Mainardes.



## **3. LAYOUT DO RODEIO**

3.1. O layout encontra-se em anexo ao presente Estudo Técnico Preliminar.

## **4. DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES**

4.1. A contratada manterá o local destinado aos animais nos padrões exigidos por Lei, durante todo o evento.

4.2. A contratada respeitará as normas de segurança e medicina do trabalho, previstas na Consolidação das Leis do Trabalho e legislação pertinente.



**MUNICÍPIO DE ARAPOTI**  
**Secretaria Municipal da Fazenda**  
**Divisão de Licitação e Compras**

---

4.3. A contratada levará à aprovação prévia da Administração Municipal, toda e qualquer forma de divulgação e exploração comercial no local do evento.

4.4. A contratada providenciará o transporte de todo material e equipamentos previstos para instalação no local, com antecedência, devendo tudo estar montado e em condições de uso de acordo com o cronograma, para a vistoria e aprovação da Divisão de Cultura e demais órgãos fiscalizadores (Vigilância Sanitária, Corpo de Bombeiros, Polícia Civil/Militar entre outros).

4.5. A contratada permitirá que o Município utilize a Arena de Shows com toda a infraestrutura para apresentações artísticas e culturais, tais como: Apresentações culturais regionais, entre outros similares, em horário pré-determinado entre a contratada e a contratante.

4.6. O padrão de energia e os pontos de fornecimento de água são de responsabilidade da contratante, ressalvado os locais abastecidos por gerador.

4.7. O Município não cobrará nenhuma taxa, imposto ou contribuição do vencedor da licitação referente à cessão do espaço público.

4.8. A contratada disponibilizará 04 (quatro) Camarotes no primeiro piso lado esquerdo de frente para o palco principal para uso institucional da contratante.

4.9. A contratada disponibilizará acessos livres e permanentes no estacionamento interno, quando houver, para uso dos representantes da Prefeitura Municipal repassados com antecedência para a Divisão de Cultura.

4.10. A contratada disponibilizará credenciais de acesso livre ao local do evento, à Equipe dos representantes da Prefeitura Municipal/contratante, bem como aos colaboradores que irão trabalhar nos eventos onde a Prefeitura estiver organizando/realizando.

4.11. A contratada providenciará o serviço de seguro para todo o público e todos os profissionais do rodeio, nos termos da legislação vigente, que deverá ser pago em até dois dias antes do início do evento e entregue uma cópia da apólice na Prefeitura Municipal.

4.12. No quesito infraestrutura do local do evento - sem prejuízo das demais obrigações constantes no Termo de Referência -, a contratada é responsável por:

a. Serviços de limpeza interna do local do evento, bem como suas margens de entrada, compreendendo a varrição e coleta dos resíduos sólidos e manutenção das lixeiras, inclusive durante toda a realização do evento, ressalvada a coleta que ficará pela contratante em pontos de coleta previamente ajustados;

b. Contratação e disponibilização de pessoal técnico e ambulância para atendimento de urgências e emergências de pronto-socorro ocorridas durante o evento, compreendendo profissionais devidamente inscritos no Conselho Regional de Medicina;

c. Disponibilização de serviço de internet sem fio, de acesso irrestrito para os seus prepostos e da contratante durante o evento, facultado a contratada o amplo do acesso para o público;

d. Manter a praça, camarotes, arquibancadas, banheiros, saídas e entradas totalmente sinalizadas com faixas de acordo o projeto do evento com as normas do Corpo de Bombeiros;



**MUNICÍPIO DE ARAPOTI**  
**Secretaria Municipal da Fazenda**  
**Divisão de Licitação e Compras**

---

e. Manter extintores exigidos pelos bombeiros em conformidade com o projeto do evento nas entradas e saídas dos recintos, e na praça de alimentação, de acordo com as normas;

f. Manter no local equipe de funcionários para atender qualquer espécie de emergência durante a realização do evento, assim como para dar manutenção nos sanitários (colocação de papéis, limpeza se necessário etc.).

g. Considera-se infraestrutura o conjunto das instalações necessárias à realização do evento, ficando indicado como local de sua realização no terreno localizado entre as ruas, Rua Hilarino Francisco da Silva, Rua Maria Portifirio de Matos, Rua Bonifácio Q. Mainardes, no período de 17 a 21 de dezembro de 2025, conforme descrição e características constantes do croqui da área, que será apresentado à contratada.

h. Providenciar o transporte de todo material e equipamentos previstos para instalação no local, com antecedência, devendo tudo estar montado e em condições de uso conforme cronograma.

i. Organizar e operacionalizar as demandas necessárias por intermédio da alocação de serviços e fornecimento de equipamentos, recursos humanos, montagens e desmontagens da estrutura do evento até 30 dias após o encerramento.

4.13. A contratada organizará 04 (quatro) bailes tipo “Balada”, exceto no domingo (21/12/2025), a se dar após as apresentações artísticas dos shows principais de cada noite, em tenda de no mínimo 400m<sup>2</sup> com cobertura piramidal, com palco de no mínimo 10mx5m, e sistema de som e iluminação adequado.

4.14. A contratante disponibilizará, junto à festa, pontos de água e rede de esgoto.

4.15. A contratante junto com a comissão desenvolverá e supervisionará todos os serviços descritos, articulando-se com a contratada a partir da contratação até o final do evento.

4.16. A contratada manterá a disciplina entre o seu pessoal, fazendo-o cumprir, na execução dos serviços, as normas legais sobre segurança, contra riscos de acidentes e uso adequado de Equipamentos de Proteção Individual;

4.17. A segurança e proteção dos equipamentos serão de inteira responsabilidade da contratada, a qual é a única e exclusiva responsável pelos acidentes/danos advindos da presente contratação, seja a prepostos ou a terceiros, devendo zelar, sempre, pelas normas de segurança do trabalho, assim como o uso de todo e qualquer material/equipamento que contribua para a segurança dos serviços;

4.18. Os equipamentos da contratada deverão estar em perfeito estado de conservação, sendo que problemas técnicos deverão ser imediatamente sanados, mesmo que por substituição dos equipamentos, sem causar danos ou prejuízos ao Município;

4.19. Permitir a qualquer tempo livre acesso da contratante por seus agentes devidamente identificados, em todas as dependências do evento para fins de fiscalização e acompanhamento da execução do objeto do presente.

4.20. A contratada garantirá a participação da contratante no evento com inserção da logomarca da Prefeitura Municipal de Arapoti na mídia do evento, na forma de único IDEALIZADOR do evento, de acordo com o contrato firmado; ficando proibido em materiais de divulgação, estipular patrocinadores como IDEALIZADORES do evento, poderão somente constar como patrocinadores.



**MUNICÍPIO DE ARAPOTI**  
**Secretaria Municipal da Fazenda**  
**Divisão de Licitação e Compras**

---

4.21. A contratada divulgará o evento em cartazes, outdoors, banners, mídia eletrônica e impressa, rádio, televisão e mídia social da festa, devendo constar em todo material publicitário, a inscrição contendo a Prefeitura Municipal de Arapoti, como único IDEALIZADOR do evento, os demais colaboradores como patrocinadores.

4.22. A contratada diligenciará para que o local do evento, após o término do evento, esteja em plenas condições de uso e limpeza conforme recebidos;

4.23. A contratada garantirá que a estrutura física esteja de acordo com a programação do evento, devendo administrar quaisquer intercorrências que possam surgir sobre instalações, materiais, pessoal ou equipamentos utilizados;

4.24. A contratada deverá se responsabilizar, exclusivamente, pelo controle e guarda de todo o material de expediente e equipamentos, bem como zelar pela aparência e comportamento do seu pessoal de apoio;

4.25. A contratada adotará as condutas necessárias para finalizar o evento, como a desmontagem dos equipamentos e de toda a infraestrutura/logística, a regularização de eventuais pendências e a devolução dos espaços utilizados dentro do prazo de 20 dias após a finalização do evento;

4.26. A contratada fiscalizará as presenças e os horários de todos os profissionais que trabalharão na organização do evento;

4.27. A contratada organizará espaços individuais para atendimento e instalação do Corpo de Bombeiros, Vara da Infância e Juventude, Conselho Tutelar, Defesa Civil, Polícia Militar, Polícia Civil, Câmara de Vereadores, Equipe da Comissão Organizadora, Unidade de Atendimento de Primeiros Socorros e Realezas da Festa;

4.28. A contratada coordenará as atividades referentes ao evento em pauta descritas no presente Termo e responsabilizar-se diariamente pela organização e manutenção de todas as instalações do local do evento;

## **5. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

5.1. A contratação visa atender às necessidades relacionadas às festividades alusivas ao aniversário do Município de Arapoti, que será comemorado no dia 17 ao dia 21 de dezembro 2025, oportunidade na qual o Município completará 70 anos.

5.2. Considerando que o Município não detém estrutura necessária, bem como mão de obra especializada para organização de grandes eventos, necessário se faz a contratação de empresa especializada.

5.3. O evento visa agregar a comemoração ao aniversário do município com rentabilidade econômica para o município.

5.4. A Festa de aniversário de 70 anos de Arapoti busca promover a movimentação econômica dando maior visibilidade ao comércio local, tornando-se um evento anual, ocorrendo nas datas de 17 a 21 de dezembro de 2025, referente ao aniversário da cidade.

5.5 Além disso, observa-se que o evento promove e fomenta o potencial Turístico e Cultural do Município, atraindo visitantes de várias regiões.

## **6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERANDO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**



**MUNICÍPIO DE ARAPOTI**  
**Secretaria Municipal da Fazenda**  
**Divisão de Licitação e Compras**

---

6.1. Autorização de uso do espaço público para a exploração da festa alusiva ao aniversário do Município é a medida mais eficaz para a plena realização do evento. Visto que o município não detém mão de obra especializada, bem como estrutura capaz de atender às necessidades de eventos de grande porte.

6.2. Além disso, esta forma de contratação já provou, em outras edições da festa, eficiência no alcance dos objetivos propostos, ainda, mais rentável economicamente para o ente municipal.

## **7. REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO**

### **7.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA / FISCAL / TRABALHISTA / ECONÔMICA FINANCEIRA:**

7.1.1. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

7.1.2. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.1.2.1 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

7.1.3. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

7.1.4. Certidões de regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante: Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Certidão relativa a Contribuições Previdenciárias); Fazenda Estadual; e Fazenda Municipal;

7.1.5. Certificado de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

7.1.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

7.1.7. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, conforme art. 69, caput, inciso II da Lei nº 14.133, de 2021. (Caso não conste na Certidão o prazo de validade da mesma, será considerado o prazo de 60 (sessenta) dias contados da data da sua emissão).

7.1.8. Balanço patrimonial e demonstração contábil do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da lei, que comprove a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

7.1.9. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;



**MUNICÍPIO DE ARAPOTI**  
**Secretaria Municipal da Fazenda**  
**Divisão de Licitação e Compras**

---

7.1.10. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas: (i) Liquidez Geral = Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo / Passivo Circulante + Passivo Não Circulante; (ii) Solvência Geral = Ativo total / Passivo Circulante + Passivo Não Circulante; (iii) Liquidez Corrente = ativo circulante / passivo circulante.

## **7.2. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

7.2.1. A empresa deverá apresentar comprovação dos seguintes requisitos:

7.2.2. Comprovante de inscrição da empresa no Conselho Regional de Engenharia – CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU.

7.2.3. Certidões de Acervo Operacional – CAO, emitidas pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA ou ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, em nome da participante, demonstrando aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto licitado, sendo o item de maior relevância: montagem de 60 (sessenta) camarotes – 50% da quantidade prevista no item 1.2.2.1., conforme previsto no art. 67, §2º da Lei de Licitações.

7.2.3.1. Será admitida, em todo o caso, a somatória de Certidões de Acervo Operacional – CAO para atingir a quantidade prevista no item anterior.

7.2.4. Indicação de engenheiro civil e engenheiro elétrico devidamente registrados nos órgãos competentes e detentores de Certidão de Acervo Técnico – CAT, que se responsabilizarão pela execução dos serviços durante todo o evento, junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA ou ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, devendo anuir expressamente em participar do evento como responsáveis pela estrutura, iluminação e sonorização.

7.2.5. Atestado de capacidade técnico emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado em nome da empresa comprovando que realizou pelo menos um evento anterior com exploração de: camarote, patrocínio, praça de alimentação e parque de diversões.

7.2.6. Comprovante de inscrição da empresa no Conselho Regional de Medicina Veterinária, constando o nome do responsável técnico da Empresa, em plena validade.

7.2.7. Indicação de profissional veterinário com atribuição de Responsabilidade Técnica pelo evento de concentração animal, ou equivalente, responsável pelas condições sanitárias do evento, devendo anuir expressamente em participar do evento como responsável pelo bem-estar animal.

7.2.8. Indicação de técnico de segurança do trabalho, o qual ficará responsável por acompanhar a montagem e desmontagem do evento.

7.2.9. Indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.

7.2.10. Comprovação do vínculo profissional far-se-á através da apresentação do contrato social quando sócios, registro na carteira profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho, sendo possível a contratação de profissional



**MUNICÍPIO DE ARAPOTI**  
**Secretaria Municipal da Fazenda**  
**Divisão de Licitação e Compras**

autônomo que preencha os requisitos e se responsabilize tecnicamente pela execução dos serviços, nos termos da legislação, desde que vinculado o profissional acima indicado com a empresa licitante na data prevista para entrega da proposta.

7.2.11. Carta com reserva de datas de 02 (dois) shows musicais indicados neste Termo de Referência, sendo um para quinta-feira (dia 18/12/2025) e outro para o sábado (dia 20/12/2025).

### **7.3. DEMAIS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

7.3.1. Declaração de que a empresa cumpre os requisitos de habilitação, incluindo a inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação.

7.3.2. Declaração de que a empresa atende aos requisitos de qualificação econômico-financeira.

7.3.3. Declaração de inexistência de menores no trabalho e empregos da licitante, em atendimento ao art. 7º, inc. XXXIII, da Constituição da República e Lei n. 9.854/99.

7.3.4. Declaração de enquadramento de empresa ME ou EPP (Obrigatória para Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte).

7.3.5. Declaração de não parentesco.

7.3.6. Os documentos exigidos para habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, publicação em órgão da imprensa oficial, assinados por certificado digital, ou ainda em cópia simples, observando que:

- a) serão aceitas apenas cópias legíveis;
- b) não serão aceitos documentos cujas datas estejam esmaecidas, ilegíveis ou rasuradas;
- c) não serão aceitos documentos sob condições;
- d) Não serão aceitos documentos, declarações e proposta emitidas após data do certame.

7.3.7. As certidões e/ou certificados obtidos via Internet poderão ser apresentados em originais ou fotocópias simples sujeitas à verificação da autenticidade no site correspondente.

7.3.8. Para certidões emitidas que não especifiquem seu prazo de validade, será considerado o prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir de suas respectivas emissões, devendo estar válidas na data de abertura do certame, que contém a proposta de preço, à exceção de disposição em contrário estabelecida no edital / termo de referência.

7.3.9. Se a licitante for à matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for à filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.3.10. O agente de contratação poderá desclassificar a proposta ou inabilitar a licitante, a qualquer tempo, no caso de conhecimento de fato superveniente ou só conhecido após o julgamento.

### **7.4. CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO**



**MUNICÍPIO DE ARAPOTI**  
**Secretaria Municipal da Fazenda**  
**Divisão de Licitação e Compras**

7.4.1. Comprovar a realização de no mínimo 20 (vinte) etapas do circuito profissional no ano de 2024; Comprovação de ser detentora do campeonato profissional de montarias em touros, comprovando a existência do campeonato profissional de montarias, bem como comprovar que realiza as etapas do circuito profissional no mínimo há 3 (três) anos; comprovar a filiação do CIRCUITO PROFISSIONAL na CNAR–CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE RODEIO; Apresentar documento que comprove ter 01 médico veterinário credenciado no EDA — escritório de defesa agropecuária, e filiado A CNAR – Confederação de Nacional De Rodeio.

7.4.2. Indicar no mínimo 03 (três) profissionais devidamente certificados pelas NR 05 e 35.

7.4.3. Contrato ou termo de compromisso assinado com os artistas indicados no item 7.2.10.

## 8. EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. O evento será realizado no terreno localizado entre as ruas, Rua Hilarino Francisco da Silva, Rua Maria Portifirio de Matos, Rua Bonifácio Q. Mainardes, no período de 17 a 21 de dezembro de 2025.



8.2. A empresa responsável pela estrutura deverá finalizar toda a execução do objeto até às 14h do dia 16 de dezembro de 2025.

8.3. A Comissão Organizadora da Festa de Aniversário de 70 Anos de Arapoti/PR realizará a vistoria, acompanhada dos fiscais de contrato, a fim de aprovar ou solicitar as devidas correções que julgar necessárias.

8.4. Caso seja necessária alguma correção, a empresa deverá providenciar em, no máximo, 24h da notificação.

8.5. A contratada fornecerá para a Comissão Organizadora da Festa 42 (quarenta e dois) ingressos/dia para acesso aos camarotes visando facilitar a função fiscalizatória dos membros.

8.6. Fica autorizada a subcontratação da: equipe de segurança, brigadistas, controladores de acesso, banheiros químicos, parque de diversões. Fica vedada a subcontratação da montaria em touros.

## 9. GESTÃO DO CONTRATO

9.1. Fica designada como gestora de contrato a servidora **THAYNA URBES DE OLIVEIRA**, matrícula 701033.



**MUNICÍPIO DE ARAPOTI**  
**Secretaria Municipal da Fazenda**  
**Divisão de Licitação e Compras**

---

9.2. Ficam designados como fiscais de contrato os servidores: **MARINEO JOÃO MENDES FERREIRA**, matrícula 3589; **BRUNO DOS SANTOS MOREIRA**, matrícula 700782; **LEONARDO MATOS FELIPE**, matrícula 7009032; **JOELMA APARECIDA RODRIGUES DE ANDRADE**, matrícula 3600-06.

9.3. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n. 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9.4. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

9.5. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

9.6. O órgão ou entidade poderá convocar representante da associação para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

9.7. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei n. 14.133, de 2021, art. 117, caput).

9.8. O fiscal de contrato acompanhará a execução contratual, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

9.9. O fiscal anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei n. 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto n. 11.246, de 2022, art. 22, II);

9.10. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

9.11. O fiscal informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

9.12. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

9.13. O fiscal comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

9.14. O fiscal verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

9.15. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência

9.16. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de



**MUNICÍPIO DE ARAPOTI**  
**Secretaria Municipal da Fazenda**  
**Divisão de Licitação e Compras**

---

serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

9.17. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

9.18. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

9.19. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

9.20. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei n. 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

9.21. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

9.22. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **10. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO E MEDIÇÃO**

10.1. O valor ofertado pela licitante vencedora será pago em moeda corrente nacional, em 01 (uma) única parcela e sem qualquer desconto.

10.2. O pagamento deverá ser efetuado no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da assinatura do Contrato/Termo de Permissão.

10.3. Os fiscais ficam responsáveis pela comprovação do pagamento e o acompanhamento / fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constante do Termo de Referência.

10.4. A exploração será autorizada após a vistoria dos membros da Comissão, bem como dos fiscais de contrato que verificarão a conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência.

10.5. O prazo para a solução, pelo permissionário, de inconsistências na execução do objeto verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

10.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.



**MUNICÍPIO DE ARAPOTI**  
**Secretaria Municipal da Fazenda**  
**Divisão de Licitação e Compras**

10.7. A Administração deverá realizar consulta para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público.

10.8. Constatando-se a situação de irregularidade do permissionário, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

10.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.10 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

## **11. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

11.1. O prestador de serviços será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **CONCORRÊNCIA**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MAIOR LANCE**.

11.2 Haverá inversão de fases na presente licitação. O objeto é complexo e não poderá haver qualquer falha na execução do cronograma de trabalhos, uma vez que a Prefeitura Municipal promoverá contratações de grade de shows com artistas renomados, com valores significativos, sendo primordial que as empresas participantes sejam capazes de executar todos os itens enumerados no termo de referência com rigor e expertise, sem risco ao município, que venham a prejudicar ou mesmo impossibilitar a realização das festividades. Ainda, por se tratar de critério de julgamento pelo maior lance é fundamental analisar a viabilidade econômico-financeira das participantes no cumprimento da proposta, considerando que a participante custeará pagamento de valores expressivos – exploração do evento e contratação de 02 (dois) shows musicais.

### **11.3 Justificativa para a Inversão de Fases**

11.4 A opção pela inversão de fases no presente procedimento licitatório — com a análise da habilitação antes das propostas — fundamenta-se na complexidade e especificidade técnica inerente à contratação de empresa para a realização de eventos culturais, cujas atividades envolvem múltiplos itens e serviços integrados (como sonorização, iluminação, estrutura de palco, cenografia, segurança, artistas e logística).

11.5 Em razão dessa multiplicidade de exigências e da necessidade de garantir que as empresas participantes possuam capacidade técnica, operacional e experiência comprovada para a execução do objeto, a inversão de fases visa



**MUNICÍPIO DE ARAPOTI**  
**Secretaria Municipal da Fazenda**  
**Divisão de Licitação e Compras**

---

assegurar maior segurança e eficiência administrativa ao processo.

11.6 A adoção dessa sistemática traz benefícios concretos, entre os quais se destacam:

Prevenção de retrabalho e atrasos processuais, evitando a análise de propostas comerciais de empresas que futuramente seriam inabilitadas por não atenderem aos requisitos técnicos mínimos.

11.7 Celeridade e economicidade, uma vez que o processo se concentra, desde o início, nas empresas efetivamente aptas à execução do contrato

11.8 Proteção do interesse público, garantindo que a Administração somente analise propostas de empresas que comprovem plena regularidade jurídica, fiscal e técnica.

11.9 Redução de riscos contratuais, especialmente diante do curto prazo e da relevância social e institucional dos eventos culturais promovidos pelo Município.

11.10 Portanto, a inversão de fases justifica-se como medida de eficiência e racionalização administrativa, plenamente amparada pelo art. 17, §1º, da Lei nº 14.133/2021, e adequada ao contexto do presente certame, que envolve objeto de execução complexa, interdependência de serviços e exigência de habilitação técnica específica.

## **12. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

12.1. O valor da autorização da concessão de uso de espaço público para realização, organização e exploração, onde constatou-se que o maior valor para a presente concessão será **R\$ 88.000,00 (oitenta e oito mil reais)**, conforme custos unitários apostos na planilha de equalização, metodologia utilizada e análise constante do Estudo Técnico Preliminar.

## **13. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

13.1. As sanções referentes à presente contratação são as previstas no artigo 155 ao 163 da Lei n. 14.133/21.

## **14. PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL E ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

14.1. A presente contratação está publicada no PNPC – Portal Nacional de Contratações Públicas, item 107 que poderá ser acessado em <https://pncp.gov.br/app/pca/75658377000131/2024>.

Arapoti, 03\_ de setembro de 2025

**MAYARA CRISTINA FERREIRA CRUZ**

Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

**BARBARA AP TROMBINI SILVA**

Chefe da Divisão de Cultura



**MUNICÍPIO DE ARAPOTI**  
**Secretaria Municipal da Fazenda**  
**Divisão de Licitação e Compras**

**ANEXO 01 – Minuta do Termo de Contrato**

**TERMO DE CONTRATO**

**CONTRATO DE EMPREITADA DE OBRA POR PREÇO GLOBAL, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ARAPOTI E A \_\_\_\_\_, NA FORMA ABAIXO:**

**CONTRATO Nº: [ \_\_\_/202 ]**

**CONCORRÊNCIA Nº: \_\_\_/2025**

**PROCESSO Nº: \_\_\_/2025**

**CONTRATANTE:** O MUNICIPIO DE ARAPOTI, Estado do Paraná, com sede na Rua Plácido Leite, nº 148, no bairro Centro Cívico, em Arapoti, Estado do Paraná, CEP nº 84.990-000, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.658.377/0001-31, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício, o Senhor **IRANI JOSÉ BARROS**, brasileiro, portador da cédula de identidade “RG” nº \*.531.591-\*, órgão emissor: SESP/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº \*\*\*.343.409-\*\*, residente e domiciliado na Rua Jauri Viana Esteves, nº 933, no bairro Vila Holandesa, em Arapoti, Estado do Paraná, CEP nº 84.990-000.

**CONTRATADA:** **EMPRESA CONTRADADA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, sediada no(a) \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_, no bairro \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_, Estado do(a) \_\_\_\_\_, CEP nº \_\_\_\_\_, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, neste ato representada, por **REPRESNTENTA LEGAL**, brasileiro(a), portador(a) da cédula de identidade “RG” nº \_\_\_\_\_, órgão emissor: \_\_\_\_\_, e inscrito no CPF/MF sob o nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliado(a) no(a) \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_, no bairro \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_, Estado do(a) \_\_\_\_\_, CEP nº \_\_\_\_\_.

Entre as partes acima qualificadas, é celebrado o presente Contrato de sessão de uso de bem público, mediante as seguintes Cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O objeto do presente Contrato é a **Autorização de uso de espaço público para realização, organização e exploração do evento “Aniversário de 70 anos de Arapoti-PR, no período de 17 a 21 de dezembro de 2025, com permissão de direito de exploração, com o uso de bens públicos a ela afetos, em conformidade com os termos do presente Termo de Referência e do Estudo Técnico Preliminar**, conforme especificações técnicas constantes em projetos, planilhas e memoriais, e conforme especificações técnicas constantes em projetos, planilhas e memoriais, sob regime de cessão de uso de bem público, tipo menor preço, em consonância com o cronograma físico-financeiro, os projetos, especificações técnicas e demais peças e documentos da **CONCORRÊNCIA ELETRONICA nº \_\_\_/2025**.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR**

2.1. O preço global para a execução do objeto deste Termo de Contrato é de **R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_)**, daqui por diante denominado “VALOR CONTRATUAL”.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS**



**MUNICÍPIO DE ARAPOTI**  
**Secretaria Municipal da Fazenda**  
**Divisão de Licitação e Compras**

- 3.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do município de Arapoti para o **exercício de 2025**, na classificação abaixo:

Exercício da Despesa	Código	Funcional Programática	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	Valor da Reserva
----------------------	--------	------------------------	------------------	---------------------	------------------

**CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO E DO INÍCIO DOS SERVIÇOS**

- 4.1. A CONTRATADA obriga-se a entregar ao CONTRATANTE o objeto deste CONTRATO, inteiramente concluído, em condições de aceitação e de utilização, em **até 180 (cento e oitenta) dias corridos**, contados da data de assinatura deste Contrato, conforme art. 10 do Decreto Municipal nº 7.212, de 2024.
- 4.1.1. Devendo ser divulgado o extrato resumido deste Termo de Contrato no Diário Oficial Eletrônico do município de Arapoti, em **até 25 (vinte e cinco) dias úteis** após a assinatura deste Contrato.
- 4.1.2. O início da execução do objeto, sem prejuízo do estabelecido no item anterior, deverá ocorrer em, no **máximo 10 (dez) dias corridos** da data da assinatura citada deste Contrato.

**CLÁUSULA QUINTA—DA ALTERAÇÃO DO PRAZO**

- 5.1. Somente será admitida a alteração do prazo de execução diante:
- 5.1.1. Da alteração do projeto e/ou de especificações técnicas pelo CONTRATANTE;
- 5.1.2. Do aumento, por ato do CONTRATANTE, das quantidades inicialmente previstas, obedecidos os limites fixados na lei;
- 5.1.3. Do atraso no fornecimento de dados informativos, materiais e qualquer subsídio concernente ao objeto contratado, que estejam sob responsabilidade expressa do CONTRATANTE;
- 5.1.4. Da interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse do CONTRATANTE;
- 5.1.5. De impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pelo CONTRATANTE em documento contemporâneo à sua ocorrência;
- 5.1.6. Da superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;
- 5.1.7. De outros casos previstos em lei.
- 5.2. A solicitação de aditivo de prazo de execução, assim como de acréscimos ou supressões do objeto deverá ser realizada no prazo de vigência do contrato.

**CLÁUSULA SEXTA—DA PARALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO**

- 6.1. Salvo exceções legais, as paralisações da execução do contrato somente podem ser determinadas pelo CONTRATANTE no seu interesse, e os documentos que as formalizam servirão como fundamento para a readequação/alteração dos prazos pactuados.
- 6.2. Havendo impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.2.1. Verificada a ocorrência do disposto no item anterior por **mais de 1 (um) mês**, a Administração deverá divulgar, no Diário Oficial Eletrônico do município de Arapoti e em placa a ser afixada em local da obra de fácil visualização pelos cidadãos, aviso público de obra paralisada, com o motivo e o responsável pela inexecução temporária do objeto do contrato e a data prevista para o reinício da sua execução.
- 6.3. A solicitação de paralisação e/ou suspensão do contrato deverá ser realizada no prazo de vigência deste Termo de Contrato.
- 6.4. Ficando a CONTRATADA temporariamente impossibilitada, total ou parcialmente, de cumprir seus deveres e responsabilidades relativos à execução da obra, deverá comunicar e justificar o fato por



**MUNICÍPIO DE ARAPOTI**  
**Secretaria Municipal da Fazenda**  
**Divisão de Licitação e Compras**

escrito para que o CONTRATANTE avalie e tome as providências cabíveis. Os atrasos provenientes de greves ocorridas na CONTRATADA ou atrasos por parte de suas eventuais subcontratadas não poderão ser alegados como justificativa.

- 6.5.** O CONTRATANTE se reserva o direito de contratar a execução da obra com outra empresa, desde que rescindido o presente contrato e respeitadas as condições da licitação, não cabendo direito à CONTRATADA de formular qualquer reivindicação, pleito ou reclamação.

**CLÁUSULA SÉTIMA–DA VIGÊNCIA**

- 7.1.** O prazo de vigência do presente Termo de Contrato é de **365 (trezentos e sessenta e cinco) dias corridos**, contados a partir da data de assinatura deste Termo de Contrato.
- 7.2.** A prorrogação do prazo de vigência deste Termo de Contrato será precedida da correspondente adequação do cronograma físico-financeiro, bem como de justificativa e autorização da autoridade competente para a celebração do ajuste, devendo ser formalizada nos autos do processo licitatório.
- 7.3.** Quando a não conclusão decorrer de culpa do contratado:
- 7.3.1.** O CONTRATADO será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;
- 7.3.2.** A Administração poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

**CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 8.1.** A CONTRATADA se obriga a:
- 8.1.1.** Confecção e colocação de placas de obra, conforme modelo disponibilizado pela CONTRATANTE;
- 8.1.2.** As placas devem ser afixadas em local visível, preferencialmente no acesso principal do empreendimento ou voltadas para a via que favoreça a melhor visualização, devendo ser mantidas em bom estado de conservação, inclusive quanto à integridade do padrão das cores, durante o período de exercício da obra, substituindo-as ou recuperando-as quando verificado o seu desgaste, precariedade ou, ainda, por solicitação da CONTRATANTE;
- 8.1.3.** Assegurar a execução do objeto deste Contrato, a proteção e a conservação dos serviços executados bem como, respeitar rigorosamente as recomendações da ABNT;
- 8.1.4.** Notificar a fiscalização, no mínimo, com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, da realização do evento sobre quaisquer alterações ;
- 8.1.5.** Manter, em todos os locais de serviços, um seguro sistema de sinalização e segurança, principalmente em vias públicas, de acordo com as normas de segurança do trabalho;
- 8.1.6.** Dar ciência à fiscalização da ocorrência de qualquer fato ou condição que possa atrasar ou impedir a conclusão do objeto deste Contrato;
- 8.1.7.** Manter no local da execução do objeto deste Contrato, devidamente atualizado, Livro Diário de Ocorrência;
- 8.1.8.** Providenciar a matrícula do objeto deste Contrato no INSS;
- 8.1.9.** Não manter em seu quadro de pessoal menor em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não manter, ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
- 8.1.10.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, especialmente a reserva de cargos prevista em lei;
- 8.1.11.** Fornecer em tempo hábil os materiais, veículos, máquinas e equipamentos;
- 8.1.12.** Examinar completamente os projetos, as peças gráficas, as especificações técnicas, memoriais e todos os documentos, obtendo todas as informações necessárias sobre



**MUNICÍPIO DE ARAPOTI**  
**Secretaria Municipal da Fazenda**  
**Divisão de Licitação e Compras**

- qualquer ponto duvidoso do objeto, se responsabilizando inteiramente pela apresentação da planilha de serviços para uma proposta de preços completa e satisfatória;
- 8.1.13.** Elaborar, para apresentação e aprovação na reunião de partida, o cronograma físico de execução.
- 8.1.14.** Providenciar a imediata baixa da ART ou RRT, em caso de extinção contratual;
- 8.1.15.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.
- 8.2.** O cronograma físico de execução deverá ser elaborado na modalidade GANTT e respectiva rede de precedências na modalidade PERT-CPM.
- 8.2.1.** A CONTRATADA adotará como referência o cronograma físico-financeiro apresentado na licitação para elaboração do cronograma de execução, no qual constará a sequência de todas as tarefas, os seus prazos de execução e respectivas datas de início e término.
- 8.3.** A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
- 8.3.1.** No caso da propositura de qualquer demanda judicial em decorrência do presente contrato, a CONTRATADA compromete-se a assumir a integralidade da responsabilidade e de eventual pagamento, isentando o CONTRATANTE e a Administração Pública de qualquer ônus, sob pena de incorrer em descumprimento de obrigação contratual e sujeitar-se à aplicação das penalidades cabíveis.
- 8.4.** As notificações referidas nesta cláusula deverão ser realizadas por escrito e direcionadas ao gestor, fiscal e supervisor do contrato.
- 8.5.** As despesas referentes ao consumo de água e energia, durante a execução do objeto, são de inteira responsabilidade da CONTRATADA.
- 8.6.** A CONTRATADA é obrigada a efetuar e entregar no prazo o resultado dos testes solicitados pelo CONTRATANTE. As despesas com a execução dos testes são de inteira responsabilidade da CONTRATADA.

**CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 9.1.** O CONTRATANTE se obriga a:
- 9.1.1.** Fornecer todos os documentos e informações necessárias para a total e completa execução do objeto do presente Contrato;
- 9.1.2.** Efetuar a previsão orçamentária dos recursos e a Nota Fiscal emitida pela CONTRATADA, devidamente empenhada;
- 9.1.3.** Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, na forma estabelecida neste Contrato;
- 9.1.4.** Garantir à CONTRATADA o acesso à documentação técnica necessária para a execução do objeto do presente Contrato;
- 9.1.5.** Garantir à CONTRATADA o acesso às suas instalações;
- 9.1.6.** Organizar e participar de reunião de partida, firmando a respectiva ata;
- 9.1.7.** Providenciar, no caso de extinção do contrato, o termo de compatibilidade físico financeiro;
- 9.1.8.** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes no Edital de licitação e seus anexos, bem como com a proposta, para fins de aceitação e, após, para o recebimento definitivo;
- 9.1.9.** Comunicar ao CONTRATADO, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;
- 9.1.10.** Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo CONTRATADO, no que couber;



**MUNICÍPIO DE ARAPOTI**  
**Secretaria Municipal da Fazenda**  
**Divisão de Licitação e Compras**

- 9.1.11. Emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato, no prazo de 15 dias úteis;
- 9.1.12. Ressarcir o CONTRATADO, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;
- 9.1.13. Adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

- 11.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição pelo Fiscal Contratual para aferição da qualidade da prestação dos serviços.
  - 11.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:
    - 11.1.1.1. Não produzir os resultados acordados;
    - 11.1.1.2. Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades CONTRATADAS; ou
    - 11.1.1.3. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO RECEBIMENTO**

- 12.1. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o CONTRATADO apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.
  - 12.1.1. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade;
  - 12.1.2. O CONTRATADO também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.
- 12.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização ou comissão de fiscalização, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.
  - 12.2.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do CONTRATADO com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem à parcela a ser paga;
  - 12.2.2. A fiscalização realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico;
  - 12.2.3. A fiscalização realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo;
  - 12.2.4. A fiscalização, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo;
  - 12.2.5. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, a fiscalização irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à CONTRATADA, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;



**MUNICÍPIO DE ARAPOTI**  
**Secretaria Municipal da Fazenda**  
**Divisão de Licitação e Compras**

- 12.2.6.** Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;
- 12.2.7.** O CONTRATADO fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório;
- 12.2.8.** A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório;
- 12.2.9.** O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis;
- 12.2.10.** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência, Contrato e na Proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 12.3.** Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 12.4.** Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **90 (noventa) dias corridos**, contados do recebimento provisório, pelo, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo aos seguintes procedimentos:
- 12.4.1.** Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pela fiscalização, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.
- 12.4.2.** Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- 12.4.3.** Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;
- 12.4.4.** Comunicar a CONTRATADA para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e
- 12.4.5.** Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 12.5.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 12.6.** Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo CONTRATADO, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 12.7.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- 12.8.** O recebimento definitivo não eximirá o CONTRATADO, pelo prazo de 5 (cinco) anos, ad

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA LIQUIDAÇÃO**



**MUNICÍPIO DE ARAPOTI**  
**Secretaria Municipal da Fazenda**  
**Divisão de Licitação e Compras**

- 13.1.** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de **10 (dez) dias úteis** para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
- 13.1.1.** O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 13.2.** Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 13.2.1.** O prazo de validade;
- 13.2.2.** A data da emissão;
- 13.2.3.** Os dados do contrato e do órgão contratante;
- 13.2.4.** O período respectivo de execução do contrato;
- 13.2.5.** O valor a pagar; e
- 13.2.6.** Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 13.3.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o CONTRATADO providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à CONTRATANTE.
- 13.4.** A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal.
- 13.5.** A Administração deverá realizar consulta aos sítios eletrônicos oficiais:
- a)** Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b)** Identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 13.6.** Constatando-se, junto a sítios eletrônicos oficiais, a situação de irregularidade do CONTRATADO, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do CONTRATANTE.
- 13.7.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do CONTRATADO, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 13.8.** Persistindo a irregularidade, o CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao CONTRATADO a ampla defesa.
- 13.9.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o CONTRATADO não regularize sua situação junto aos sítios eletrônicos oficiais.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO PRAZO E FORMA DE PAGAMENTO**

- 14.1.** O pagamento será efetuado no prazo máximo de até **10 (dez) dias úteis**, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.
- 14.2.** Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo Município de Arapoti/PR, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:
- $I = (TX / 100) / 365$



**MUNICÍPIO DE ARAPOTI**  
**Secretaria Municipal da Fazenda**  
**Divisão de Licitação e Compras**

- EM =  $I \times N \times VP$ , onde:
- I = Índice de atualização financeira;
- TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
- EM = Encargos moratórios;
- N = N. de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;
- VP = Valor da parcela em atraso.

- 14.3.** O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo CONTRATADO.
- 14.4.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 14.5.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 14.5.1.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 14.6.** O CONTRATADO regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ANTECIPAÇÃO DE PAGAMENTO**

- 15.1.** Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas à execução de obras, salvo se:
- 15.1.1.** Propiciar relevante economia de recursos; ou
- 15.1.2.** Representar condição indispensável para a obtenção do bem ou para a prestação do serviço.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO REAJUSTE**

- 16.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.
- 16.1.1.** O orçamento estimado pela Administração baseou-se nas planilhas referenciais elaboradas com base nas cotações de preços do mês **maio do ano de 2025**.
- 16.2.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 16.3.** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 16.3.1.** Fica o CONTRATADO obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 16.4.** Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 16.5.** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 16.6.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 16.7.** O reajuste será realizado por apostilamento.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO E GARANTIA ADICIONAL**



**MUNICÍPIO DE ARAPOTI**  
**Secretaria Municipal da Fazenda**  
**Divisão de Licitação e Compras**

- 17.1. A garantia de execução será equivalente a **5% (cinco por cento) do valor do contrato**, incluído, no que couber, o reajustamento de preços, podendo ser prestada conforme as modalidades previstas nos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 17.2. A CONTRATADA deverá, quando da assinatura do termo de contrato de empreitada, sob pena de decair o direito de CONTRATAÇÃO, apresentar comprovação da formalização da garantia de execução e da garantia adicional, se houver.
- 17.2.1. Como condição para assinatura do contrato, será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 17.3. No caso de o CONTRATADO optar pela modalidade seguro-garantia, deverá apresentá-lo no prazo **mínimo de 1 (um) mês**, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato.
- 17.4. Quando a garantia se processar sob a forma de Seguro-Garantia ou Fiança Bancária, não poderá ser prestada de forma proporcional ao período contratual, devendo sua validade coincidir com o prazo de vigência do contrato. Caso ocorra prorrogação do contrato, a garantia apresentada deverá ser prorrogada.
- 17.5. Se ocorrer majoração do valor contratual, o valor da garantia de execução será acrescido pela aplicação de **5% (cinco por cento)** sobre o valor contratual majorado. No caso de redução do valor contratual, poderá a contratada ajustar o valor da garantia de execução, se assim o desejar. Se ocorrer a prorrogação dos prazos contratuais deverá ser providenciada a renovação da garantia contemplando o novo período.
- 17.6. A devolução da garantia de execução e da garantia adicional, quando for o caso, ou o valor que dela restar, dar-se-á mediante a apresentação de:
- 17.6.1. Aceitação pelo CONTRATANTE do objeto contratado e o termo de recebimento definitivo;
- 17.6.2. Certidão negativa de débitos, expedida pela Receita Federal, referente ao objeto CONTRATADO concluído;
- 17.6.3. Comprovantes, nos casos previstos, de ligações definitivas de água e/ou energia elétrica.
- 17.7. Nos casos previstos de Extinção do Contrato por culpa da CONTRATADA, a garantia de execução e a garantia adicional, se houver, não serão devolvidas, sendo, então, apropriadas pelo CONTRATANTE a título de indenização/multa.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO**

- 18.1. A fiscalização deste Termo de Contrato será realizada pelo(s) agente(s) público, abaixo informado(s), fiscal e fiscal substituto, e deverá cumprir as condições estabelecidas no Decreto Municipal nº 7.212, de 17 de abril de 2024:

<b>Agente Público (Fiscal)</b>	<b>Matrícula Funcional</b>
Marineo João Mendes Ferreira	3589
Bruno dos Santos Moreira	700782
Leonardo Matos Felipe;	7009032
Joelma Aparecida Rodrigues de Andrade	

- 18.1.1. O(s) fiscal(is) deste contrato será(ão) designado(s) por ato oficial da autoridade máxima do ente ou órgão CONTRATANTE;
- 18.1.2. O agente público designado para atuar como fiscal deste contrato poderá analisar as propostas ofertadas pelas licitantes durante o processo de CONTRATAÇÃO, para que seja verificada a compatibilidade da proposta com as exigências definidas em edital.
- 18.2. A fiscalização deste contrato deverá para acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços:



**MUNICÍPIO DE ARAPOTI**  
**Secretaria Municipal da Fazenda**  
**Divisão de Licitação e Compras**

- 18.2.1.** O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;
- 18.2.2.** O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- 18.2.3.** Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;
- 18.2.4.** O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 18.2.5.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato/contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato;
- 18.2.6.** O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato/contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual;
- 18.2.7.** A fiscalização do contrato deve avaliar constantemente através do Instrumento de Medição informado pela Secretaria Requisitante para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos;
- 18.2.8.** Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, o fiscal designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas;
- 18.2.9.** O fiscal do contrato deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada;
- 18.2.10.** O preposto deverá assinar no documento, tomando ciência da avaliação realizada;
- 18.2.11.** A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador;
- 18.2.12.** É vedada a atribuição à CONTRATADA da avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços por ela realizada;
- 18.2.13.** O fiscal poderá realizar a avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços;
- 18.2.14.** A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos na Lei nº 14.133, de 2021;
- 18.2.15.** A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha a relação detalhada destes, de acordo com o estabelecido no Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso;
- 18.2.16.** A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado



**MUNICÍPIO DE ARAPOTI**  
**Secretaria Municipal da Fazenda**  
**Divisão de Licitação e Compras**

ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade;

- 18.2.17.** Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à CONTRATADA, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato/contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO GESTOR**

- 19.1.** A gestão deste Termo de Contrato será realizada pelo agente público, abaixo informado, e deverá cumprir as condições estabelecidas no Decreto Municipal nº 7.212, de 17 de abril de 2024.

Agente Público

Matrícula  
Funcional

Thayna Urbes de Oliveira

701033

- 19.1.1.** O Gestor do contrato será designado por ato oficial da autoridade máxima do ente ou órgão CONTRATANTE.
- 19.2.** A CONTRATADA designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto CONTRATADO.
- 19.3.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 19.4.** Consistem nas atividades a serem exercidas e atribuídas ao Gestor do contrato:
- 19.4.1.** O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;
- 19.4.2.** O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;
- 19.4.3.** O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;
- 19.4.4.** O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo CONTRATADO, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações;
- 19.4.5.** O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso;
- 19.4.6.** O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a CONTRATADAÇÃO e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração;



**MUNICÍPIO DE ARAPOTI**  
**Secretaria Municipal da Fazenda**  
**Divisão de Licitação e Compras**

- 19.4.7.** O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.;
- 19.4.8.** Outras atividades compatíveis com a função do Gestor e normativas previstas no Decreto Municipal nº 7.212, de 17 de abril de 2024.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA – DAS OBRAS PROVISÓRIAS E DOS SERVIÇOS NÃO PREVISTOS**

- 20.1.** A CONTRATADA deve submeter os desenhos, especificações técnicas e memoriais propostos para as obras provisórias que se façam necessárias à fiscalização, que deverá aprová-los caso estejam adequados ao objeto deste Contrato.
- 20.2.** A CONTRATADA é responsável pelo projeto das obras provisórias.
- 20.3.** A aprovação pela fiscalização não altera as responsabilidades da CONTRATADA pelo projeto de obras provisórias.
- 20.4.** A CONTRATADA deve obter a aprovação dos órgãos competentes para o seu projeto de obras provisórias.
- 20.5.** Por determinação do CONTRATANTE, a CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões quantitativas que se fizer(em) na obra, nos limites autorizados em lei.
- 20.6.** A supressão de serviços resultante de acordo celebrado expressamente entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA poderá ultrapassar o limite estabelecido no parágrafo anterior.
- 20.7.** Se no Contrato não tiverem sido contemplados preços unitários, esses serão fixados mediante acordo entre as partes, utilizando-se como parâmetro tabelas oficiais, respeitados os limites estabelecidos no caput desta Cláusula.

**CLÁUSULA VIGÉSIMAPRIMEIRA – DOS MATERIAIS, VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS**

- 21.1.** Os materiais, veículos, máquinas e equipamentos a serem empregados nos serviços decorrentes deste Contrato serão fornecidos pela CONTRATADA e serão de primeira qualidade, cabendo ao CONTRATANTE, por intermédio da fiscalização, impedir o emprego daqueles que julgar impróprios.
- 21.2.** Sempre que dos documentos de licitação não constarem características determinadas em referência à mão-de-obra, materiais, artigos e equipamentos, entender-se-á que devem ser novos, da melhor qualidade em suas respectivas espécies, de acordo com a finalidade a que se destinam. No caso em que materiais, artigos e equipamentos são mencionados nas especificações técnicas e/ou memoriais como “similar” a qualquer padrão especial, o CONTRATANTE decidirá sobre a questão da similaridade.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA SEGURANÇA DO TRABALHO**

- 22.1.** A CONTRATADA não será eximida de qualquer responsabilidade quanto à segurança individual e coletiva de seus trabalhadores, deverá fornecer a todos os trabalhadores o tipo adequado de equipamento de proteção individual – EPI, deverá treinar e tornar obrigatório o uso dos EPIs.
- 22.2.** O equipamento de proteção individual fornecido ao empregado deverá, obrigatoriamente, conter a identificação da CONTRATADA.
- 22.3.** A CONTRATADA, em qualquer hipótese, não se eximirá da total responsabilidade quanto à negligência ou descumprimento da Consolidação das Leis do Trabalho, especialmente do capítulo “Da Segurança e da Medicina do Trabalho”, Portarias do Ministério do Trabalho e Emprego e Normas Regulamentadoras relativas à segurança e medicina do trabalho.
- 22.4.** Deverão ser observadas pela CONTRATADA todas as condições de higiene e segurança necessárias à preservação da integridade física de seus empregados e aos materiais envolvidos na obra, de acordo



**MUNICÍPIO DE ARAPOTI**  
**Secretaria Municipal da Fazenda**  
**Divisão de Licitação e Compras**

com as Portarias do Ministério do Trabalho e Emprego e Normas Regulamentadoras relativas à segurança e medicina do trabalho.

- 22.5.** O CONTRATANTE atuará objetivando o total cumprimento das normas de segurança, estando autorizado a interditar serviços ou parte destes em caso de não cumprimento das exigências de lei. Se houver paralisações, estas não serão caracterizadas como justificativa por atraso na execução da obra.
- 22.6.** Cabe à CONTRATADA solicitar ao CONTRATANTE a presença imediata do responsável pela fiscalização em caso de acidente (s) na obra, nos serviços e/ou nos bens de terceiros, para que seja providenciada a necessária perícia.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DA SEGURANÇA DA OBRA E DA RESPONSABILIDADE CIVIL DA CONTRATADA**

- 23.1.** A CONTRATADA responderá pela solidez do objeto deste contrato, nos termos do Art. 618 do Código Civil Brasileiro, bem como pelo bom andamento dos serviços, podendo o CONTRATANTE, por intermédio da fiscalização, impugná-los quando contrariarem a boa técnica ou desobedecerem aos projetos e/ou especificações técnicas e/ou memoriais.
- 23.2.** A CONTRATADA deverá manter um perfeito sistema de sinalização e segurança em todos os locais de serviços, principalmente nos de trabalho em vias públicas, de acordo com as normas de segurança do trabalho.
- 23.3.** A CONTRATADA assumirá integral responsabilidade por danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes da execução dos serviços ora contratados, inclusive acidentes, mortes, perdas ou destruições parciais ou totais, isentando o CONTRATANTE de todas as reclamações que possam surgir com relação ao presente Contrato.
- 23.4.** Caso a CONTRATANTE seja acionada judicial ou administrativamente, inclusive reclamações trabalhistas, por qualquer ato decorrente do presente contrato, a CONTRATADA assumirá para si a responsabilidade por toda e qualquer eventual condenação, isentando a CONTRATANTE de quaisquer obrigações.
- 23.5.** A intenção das partes, aqui manifestada expressamente, é a de que a CONTRATADA assumira e se responsabilize direta e integralmente pela plena e total realização dos serviços contratados, sob pena de incorrer em descumprimento de obrigação contratual e sujeitar-se à aplicação das penalidades cabíveis.
- 23.6.** A CONTRATADA responde, exclusiva e diretamente, por todo e qualquer ato ilícito praticado por seus prepostos, bem como a obrigação e/ou necessidade de ressarcimento de danos materiais ou morais (Art. 932, III, Código Civil), não podendo a CONTRATANTE ser responsabilizada por eles a nenhum título.
- 23.7.** O CONTRATADO é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes do contrato.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

- 24.1.** A CONTRATADA não poderá subcontratar o presente Contrato, a nenhuma pessoa física ou jurídica, sem autorização prévia, por escrito, do CONTRATANTE.
- 24.1.1.** É vedada a SUBCONTRATAÇÃO total do objeto licitado.
- 24.2.** A SUBCONTRATAÇÃO parcial do objeto, será permitida **até o limite de 30% (trinta) do valor total do contrato**, respeitando o limite máximo constante no Edital de licitação, nas seguintes condições:
- 24.2.1.** Autorização prévia por escrito do CONTRATANTE, a quem incumbe aferir as condições de habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista da SUBCONTRATADA, bem como, os requisitos de qualificação técnica;
- 24.2.2.** Não poderão ser subcontratadas parcelas do objeto para as quais foi exigida, como requisito de habilitação técnico-operacional, a apresentação de atestados que comprovem execução de serviço com características semelhantes.



**MUNICÍPIO DE ARAPOTI**  
**Secretaria Municipal da Fazenda**  
**Divisão de Licitação e Compras**

- 24.3.** A relação que se estabelece na assinatura do contrato é exclusivamente entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, não havendo qualquer vínculo ou relação de nenhuma espécie entre a contratante e a subcontratada, inclusive no que diz respeito aos pagamentos, que permanecem os mesmos.
- 24.4.** Em qualquer hipótese de SUBCONTRATAÇÃO, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.
- 24.5.** Se a CONTRATADA ceder o presente Contrato a uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas sem autorização prévia e expressa do CONTRATANTE, deverá obrigatoriamente reassumir a execução da obra, **no prazo máximo de 15 (quinze) dias**, da data da notificação ou aplicação da multa, sem prejuízo de outras sanções contratuais, inclusive, extinção contratual.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – DA INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 26.1.** O licitante ou o CONTRATADO será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:
- 26.1.1.** Dar causa à inexecução parcial do contrato;
  - 26.1.2.** Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
  - 26.1.3.** Dar causa à inexecução total do contrato;
  - 26.1.4.** Deixar de entregar a documentação exigida;
  - 26.1.5.** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
  - 26.1.6.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
  - 26.1.7.** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
  - 26.1.8.** Apresentar declaração ou documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
  - 26.1.9.** Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
  - 26.1.10.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
  - 26.1.11.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
  - 26.1.12.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º, da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 26.2.** A prática de infrações poderá ensejar a aplicação das seguintes sanções:
- 26.2.1.** Advertência;
  - 26.2.2.** Multa;
  - 26.2.3.** Impedimento de licitar e contratar;
  - 26.2.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 26.3.** A aplicação de quaisquer sanções será precedida do devido processo legal, no qual sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 26.4.** As penalidades previstas nos subitens 26.2.1 e 26.2.2, serão aplicadas pelo Secretário da pasta a que a ata de registro de preços e a ata de registro de preços estiver vinculado.
- 26.5.** As penalidades previstas nos subitens 26.2.3 e 26.2.4 serão aplicadas pelo Secretário da pasta a que a ata de registro de preços estiver vinculado.
- 26.6.** Aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração municipal.



**MUNICÍPIO DE ARAPOTI**  
**Secretaria Municipal da Fazenda**  
**Divisão de Licitação e Compras**

---

**26.7.** À luz do caso concreto, a autoridade competente poderá aplicar penalidade menos gravosa do que aquela inicialmente notificada, desde que em conformidade com a lei e compatível com o resultado da apuração respectiva.

**26.8.** A sanção de multa, em qualquer de suas modalidades, pode ser cumulada com outra sanção, nos termos do art. 156, § 7º, da Lei 14.133 de 2021.

**26.9. SANÇÃO DE ADVERTÊNCIA:**

**26.9.1.** A sanção de advertência será aplicada na hipótese de inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, que não justifique a aplicação de sanção mais grave.

**26.9.1.1.** Para os fins deste subitem, considera-se pequena relevância o descumprimento de obrigações ou deveres instrumentais ou formais que não impactem objetivamente na execução do contrato, bem como não causem prejuízos à Administração municipal;

**26.9.1.2.** A reincidência no descumprimento contratual, quanto ao mesmo motivo que justificou a advertência, ensejará a aplicação de sanção mais grave, dentre as previstas no Decreto Municipal nº 7.209, de 15 de abril de 2024;

**26.9.1.3.** Havendo aplicação de três advertências na mesma ata de registro de preços, mesmo que por motivos diversos, as próximas advertências serão substituídas pela aplicação de sanção mais grave.

**26.10. SANÇÃO DE MULTA:**

**26.10.1.** A sanção de multa terá natureza moratória ou compensatória e poderá ser aplicada ao licitante ou CONTRATADO pelo cometimento de qualquer das infrações administrativas previstas no subitem 26.9.

**26.10.1.1.** O edital ou a ata de registro de preços poderão prever os percentuais das multas aplicáveis, observando sempre o limite mínimo de 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) calculados sobre o valor do contrato;

**26.10.2.** A multa moratória de que trata o art. 162 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, será de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, recaindo o cálculo sobre o valor do contrato ou do instrumento equivalente, até o limite de 30% (trinta por cento).

**26.10.3.** A aplicação de multa moratória não impedirá que a administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas no subitem 26.1.

**26.10.4.** O edital e a ata de registro de preços poderão prever a aplicação de multa compensatória de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e no máximo 30% (trinta por cento) em razão do cometimento das infrações administrativas previstas no subitem 26.1.

**26.10.5.** Poderá ser aplicada multa compensatória, estipulada segundo os limites do subitem 26.10.1.1, ao licitante ou CONTRATADO que retardar o procedimento de contratação, descumprir preceito normativo ou obrigações assumidas, tais como:

- a)** Tumultuar a sessão pública da licitação;
- b)** Propor recursos manifestamente protelatórios em sede de contratação direta ou de licitação;
- c)** Deixar de providenciar o cadastramento da CONTRATADA da licitação ou da contratação direta junto ao Sistema de Cadastro de Fornecedores dentro do prazo concedido, salvo por motivo justificado e aceito pela administração;



**MUNICÍPIO DE ARAPOTI**  
**Secretaria Municipal da Fazenda**  
**Divisão de Licitação e Compras**

---

- d) Deixar de cumprir as exigências de reserva de cargos previstas em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;
  - e) Deixar de cumprir o modelo de gestão do contrato;
  - g) Deixar de apresentar garantia ou complementar o valor da garantia recolhida após solicitação do CONTRATANTE;
  - g) Não devolver os valores pagos indevidamente pelo CONTRATANTE;
  - h) Não manter, durante a execução do contrato, todas as condições exigidas para a habilitação, em caso de licitação, ou para a qualificação, em caso de contratação direta, ou, ainda, quaisquer outras obrigações;
  - i) Deixar de regularizar, no prazo definido pela administração, os documentos exigidos pela legislação para fins de liquidação e pagamento da despesa;
  - j) Manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto;
  - k) Utilizar as dependências do CONTRATANTE para fins diversos do objeto do contrato;
  - l) Deixar de substituir empregado cujo comportamento for incompatível com o interesse público, em especial quando solicitado pela administração;
  - m) Deixar de efetuar o pagamento de salários, vale-transporte, vale refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como deixar de arcar com quaisquer outras despesas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas;
  - n) Deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária regularizada;
  - o) Deixar de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido na hipótese de o licitante ou CONTRATADO enquadrar-se como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou equiparados, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
  - p) Não manter atualizado e-mail para contato, sobretudo dos prepostos, nem informar à gestão e à fiscalização do contrato, no prazo de 02 (dois) dias úteis, a alteração de endereços, sobretudo quando este ato frustrar a regular notificação de instauração de processo sancionador;
  - q) Subcontratar o objeto ou a execução de serviços em desacordo com os limites previstos em edital ou ata de registro de preços, ou de forma que impossibilite a prestação do serviço ou fornecimento do objeto.
- 26.10.6.** Poderá ser aplicada multa compensatória, segundo os limites do subitem 14.10.1.1, sobre o valor da parcela inadimplida ao licitante ou CONTRATADO que entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade CONTRATADAS ou com irregularidades ou defeitos ocultos que o tornem impróprio para o fim a que se destina.
- 26.10.6.1.** A aplicação da penalidade prevista no subitem 26.10.1, não exige o licitante ou CONTRATADO de entregar objeto em conformidade.
- 26.10.7.** As multas de mora e compensatórias serão fixadas considerando as atenuantes e agravantes presentes no caso concreto.
- 26.10.8.** A multa moratória prevista no subitem 26.10.2, pode ser aplicada cumulativamente com as multas compensatórias previstas nos subitens 16.10.4, 16.10.5 e 16.10.6.
- 26.10.9.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela administração ao CONTRATADO, além da perda desse valor, a diferença poderá ser paga diretamente à administração, descontada da garantia prestada ou cobrada judicialmente.



**MUNICÍPIO DE ARAPOTI**  
**Secretaria Municipal da Fazenda**  
**Divisão de Licitação e Compras**

---

**26.10.9.1.** A multa inadimplida poderá, na forma do edital ou do contrato, ser descontada de pagamento eventualmente devido pela CONTRATANTE decorrente de outras atas de registro de preços firmadas com a Administração municipal.

**26.10.9.2.** A aplicação das sanções previstas no subitem 16.10.9, não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à administração.

**26.11. SANÇÃO DE IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR:**

**26.11.1.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas no subitem 26.1, exceto a do subitem 26.1.1, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

**26.11.1.1.** São hipóteses de aplicação da sanção de impedimento de licitar e contratar:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração municipal, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) Der causa à inexecução total do contrato;
- c) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado e aceito pela Administração;
- e) Não celebrar a ata de registro de preços ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

**26.11.1.2.** Considera-se também inexecução total do contrato:

- a) Recusa injustificada de cumprimento integral da obrigação contratualmente determinada;
- b) Recusa injustificada do adjudicatário em assinar ata de registro de preços, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido em edital.

**26.11.1.3.** Considera-se inexecução parcial o descumprimento de parcela do objeto.

**26.11.1.4.** A sanção prevista no caput deste artigo impedirá o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Arapoti, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

**26.12. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE:**

**26.12.1.** A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada àquele que:

- a) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- b) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- c) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- d) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º, da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013; e
- e) Incorrer nas hipóteses previstas no subitem 26.12.1, se a gravidade da conduta e/ou dos prejuízos sofridos pela Administração municipal justificarem penalidade mais séria do que o impedimento de licitar e contratar.

**26.12.2.** A sanção prevista no caput terá prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

**26.12.2.1.** A sanção prevista no caput deste artigo, aplicada por qualquer ente da Federação, impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da



**MUNICÍPIO DE ARAPOTI**  
**Secretaria Municipal da Fazenda**  
**Divisão de Licitação e Compras**

Administração Pública direta e indireta do Município de Arapoti, enquanto perdurarem os efeitos da sanção, respeitados os prazos mínimo e máximo definidos no subitem 26.12.1.1;

**26.12.2.2.** No caso da prática de atos lesivos previstos no art. 5º, da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, a que se refere o inciso XII do art. 3º, todas as infrações administrativas conexas serão apuradas e julgadas conjuntamente.

**27.1.** Também serão aplicadas todas as normativas constantes do Decreto Municipal nº 7.209, de 15 de abril de 2024.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO E PENALIDADESEXTINÇÃO**

**28.1** O presente instrumento poderá ser extinto, nos termos dos artigos 137 e seguintes da Lei 14.133/2021, mediante expressa anuência da Autoridade Competente:

**28.1.1.** Por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

**28.1.2.** De forma consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração; ou

**28.1.3.** Por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

**28.2** A extinção unilateral do contrato implicará a apuração de perdas e danos, a perda da garantia de execução, sem embargos da aplicação das demais penalidades legais cabíveis.

**28.3** No caso de extinção consensual, a parte que pretender extinguir o Contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.

**28.4** Declarada a extinção do contrato, que vigorará a partir da data da sua assinatura, a CONTRATADA se obriga, expressamente, a entregar o percentual executado e/ou o objeto deste contrato inteiramente desembaraçado, não criando dificuldades de qualquer natureza, devendo, obrigatoriamente, apresentar os documentos previstos para liberação da última parcela.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA – DOS CASOS OMISSOS**

**29.1.** Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA – DO GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL E DA UTILIZAÇÃO DE PRODUTOS E SUBPRODUTOS DE MADEIRA**

**30.1.** No que diz respeito ao Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, a empresa deverá executar a obra de acordo com a Resolução do CONAMA nº 307, de 5 de julho de 2002 e suas alterações juntamente com a legislação pertinente do município onde será realizada.

**30.2.** A CONTRATADA somente deverá utilizar produtos ou subprodutos de madeira de origem exótica ou nativa que tenham procedência legal, conforme Decreto Estadual nº 4.889, de 31 de maio de 2005.

**30.2.1.** O descumprimento, pelo CONTRATADO, dos requisitos impostos no subitem 30.2 deste Contrato, poderá implicar extinção do contrato, com amparo no art. 137, I da Lei Federal 14.133, de 2021, c/c a aplicação das penalidades previstas nos mesmos Diplomas Legais e neste Contrato.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO**

**31.1.** As partes elegem o foro da Comarca de Arapoti, Estado do Paraná, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



**MUNICÍPIO DE ARAPOTI**  
**Secretaria Municipal da Fazenda**  
**Divisão de Licitação e Compras**

---

- 31.2.** Fica pactuado entre as partes que este contrato adota a data da assinatura citada no extrato do contrato publicado como data do acordo firmado, estando as demais cláusulas vinculadas submetidas a esta data.
- 31.3.** Para firmeza e validade do pactuado, o presente contrato foi lavrado em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Arapoti, \_\_ de \_\_\_\_ de 20\_\_.

**IRANI JOSÉ BAROS**  
Prefeito Municipal  
**-CONTRATANTE-**

**NOME DO REPRESENTANTE**  
Representante Legal  
**-CONTRATADO-**